



ATA N.º 4/2023

DA 1.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 2023
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 26 DE ABRIL DE 2023

-----No dia 26 de abril de 2023, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, reuniram-se em Sessão Ordinária de abril, convocada ao abrigo do n.º 1 do Artigo 27.º e da alínea b) do n.º 1 do Artigo 30.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e do Regimento em vigor, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 1 - *Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano 2022 do Município de Lagos;*
- PONTO 2 - *Apreciação e votação da proposta de alteração do Plano Diretor Municipal de Lagos para adequação às regras do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e da Lei de Bases - Inclusão das novas regras de classificação e qualificação do solo;*
- PONTO 3 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município;*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação da assunção de compromisso plurianual referente à aquisição de Serviços de Higienização de Equipamentos de Deposição de Resíduos Sólidos Urbanos;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da assunção de compromisso plurianual referente à aquisição de Serviços de Recolha Complementar de Resíduos Recicláveis;*
- PONTO 6 - *Apreciação e votação da assunção de compromisso plurianual referente à aquisição de Serviços de Vigilância Humana para as instalações das Escolas Básicas do 2.º e 3.º Ciclos e Escolas Secundárias do Concelho de Lagos e do Espaço Jovem de Lagos;*
- PONTO 7 - *Apreciação e votação da proposta de Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social;*
- PONTO 8 - *Apreciação e votação da proposta da primeira alteração do Mapa de Pessoal do Município de Lagos/2023.*

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, a Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 39 minutos, verificando-se as seguintes presenças:



Fl. 36v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Carlos Manuel Martins Saúde Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Dina Paula Furtado Bravo Seromenho de Cintra
PS	José Manuel da Silva Jácome (2.º Secretário)
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Helena R Martins Regino (Tesoureira da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos (Presidente)
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto (1.ª Secretária)
PS	Maria Manuela Margarido Rodrigues
PS	Paulo José Lourenço Tovar de Moraes
PSD	Mílvia Filipa Pires de Campos Gonçalves
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
CDU	Ana Paula Viana
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
CHEGA	Paulo Jorge Rosário Dias
BE	David Eduardo Vicente Roque

-----**ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, no momento indicado nesta Ata, os seguintes Membros da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo



PS	José António dos Santos Guerreiro
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira - Presidente
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vice-Presidente
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis - Vereador
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
PS	Sandra Maria Almada de Oliveira - Vereadora
PSD	Pedro Augusto Borges de Lima Palma Moreira - Vereador

-----VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA, NESTA REUNIÃO, DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL, a seguir indicado:

PARTIDO	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes - Vereador

-----ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES: Dispensada a leitura, uma vez que as mesmas tinham sido oportunamente enviadas aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, foram pelo Plenário apreciadas as seguintes Atas:

-----Ata n.º 10/2021 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de dezembro de 2021 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 27 de dezembro de 2021.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria Helena Regino (Tesoureira da Junta de Freguesia da Luz)

-----**DELIBERAÇÃO N.º 27/AM/2023:**

-----Aprovada, por unanimidade, a Ata n.º 10/2021 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de dezembro de 2021 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 27 de dezembro de 2021.-----



Fl. 37v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

-----Dispensada a leitura, uma vez que as mesmas tinham sido oportunamente enviadas aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, foram pelo Plenário apreciadas as seguintes Atas:

-----Ata n.º 11/2021 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de dezembro de 2021 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 28 de dezembro de 2021.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
CDU	Ana Paula Viana
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria Helena R Martins Regino (Tesoureira da Junta de Freguesia da Luz)
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim

-----**DELIBERAÇÃO N.º 28/AM/2023:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 11/2021 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de dezembro de 2021 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 28 de dezembro de 2021.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

-----**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:**

-----Foi dispensada a leitura da correspondência recebida, uma vez que tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, uma listagem da mesma, com os registos sob os números 9/2023 a 137/2023, inclusive.-----

-----Foi dispensada a leitura da correspondência expedida, uma vez que tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, uma listagem da mesma, com os registos sob os números 39/2023 a 135/2023, inclusive.-----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA:**

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo	20.40

-----Foi apresentada a Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção pelo Grupo Municipal Singular do CHEGA: A falta do Conselho Municipal de Segurança; Ao contrário de outros conselhos municipais facultativos e que a autarquia de Lagos considerou prioritário instalar, o Concelho Municipal de Segurança é obrigatório por lei desde 1998, e a sua não instalação incorre num



incumprimento e contraria deliberações tomadas por esta Assembleia no atual mandato. Artigo 8º da Lei n.º 33/98, de 18 de Julho: Instalação: 1- Compete ao presidente da câmara municipal assegurar a instalação do conselho. 2 – Compete à Câmara Municipal dar o apoio logístico necessário ao funcionamento do conselho. Em Lagos, desde a última reunião do Conselho Municipal de Segurança que há registo, o município de Lagos já viu ser aprovado e instalado um contingente de polícia municipal; já se fez uma nova sede para o Posto Territorial da GNR e já se transferiu esta força de segurança para fora da cidade. Este município até já viu atualizar o regulamento da Polícia Municipal. E todavia, apesar de tantos desenvolvimentos, o Conselho Municipal de Segurança permanece por instalar por quem de direito. Mais recentemente, em janeiro passado e em resposta a uma moção do vereador da CDU, o Sr. Presidente da Câmara, responsável no que à instalação deste conselho diz respeito, declarou que o regulamento do Conselho Municipal de Segurança estava em desenvolvimento e que estaria implementada em Fevereiro. Estamos agora em finais de Abril, enfrentamos mais uma onda de assaltos, a cidade com nova vaga de indigentes mas a Câmara Municipal, não obstante os alertas da oposição, continua a faltar aos lacobrigenses nesta matéria. A crescente Insegurança em Lagos. No que respeita a segurança, não é apenas o número anormal de furtos e assaltos que assolaram a cidade nas últimas semanas que deve preocupar. Quem conhece a cidade verifica a multiplicação pela zona histórica da cidade de pichagens em monumentos nacionais, nomeadamente no Castelo e Muralhas, e em ruas históricas como a Rua Lançarote de Freitas, Rua Cândido dos Reis, Rua Mendonça Pessanha, Travessa do Mar, Rua Dr. Joaquim Tello, Rua da Extrema, apenas para destacar algumas do nosso centro histórico. Os carros abandonados na via pública, para os quais não existe ainda regulamento municipal, são também situações que atraem delinquência e prejudicam a perceção de segurança dos cidadãos. O somatório destes atos de vandalismo e de delinquência sem repercussão incutem não só degradação no espaço público como contribui para a escalada de impunidade e desordem, os fatores que mais contribuem para a criminalidade no âmbito do que se explica em psicologia social de teoria dos vidros partidos. E assim se explica a persistência do fenómeno do aliciamento para a venda de produto estupefaciente que ocorre diariamente em todas as principais praças da baixa da cidade e à vista de todos, em pleno dia, que em nada dignifica a nossa excelência turística. E assim continuam casos de ocupação e frequência de atividades ilícitas em imóveis devolutos no centro como a Rua do Paiol, a Rua das Cruzes ou a própria Rua D. Vasco da Gama, com casos de polícia e situações que obrigam à intervenção dos bombeiros. Mas também sucede fora do centro, como o caso da conhecida quinta contígua à escola secundária Júlio Dantas que continua sem estar entaipada devidamente. Ora. Posto que a segurança é a primeira garantia a que o Estado se obriga perante os cidadãos, devem também os autarcas contribuir para a segurança e para a perceção de segurança, na medida do seu alcance e responsabilidades. Quatro anos de Lagos sem Conselho Municipal de Segurança tem responsáveis, e ninguém poderá dizer que não tem consequências. Rede de Videovigilância prevista no Plano Estratégico do Turismo. Em Lagos podemos e



Fl. 38v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

devemos não só cumprir a lei como ir além. Aos autarcas compete promover políticas públicas que beneficiem diretamente as condições de segurança aos seus munícipes e ações que melhorem as condições de atuação das forças de segurança. No Plano Estratégico para o Turismo apresentado pela Câmara Municipal em fevereiro de 2021 incluía-se uma medida importante de incremento da segurança, nomeadamente uma rede de videovigilância. Contudo, até ao momento não são conhecidos desenvolvimentos nesse projeto. Nesse sentido, entende este grupo municipal que não é prudente esperar que a situação se torne mais grave. Sabemos que a videovigilância não resolve o problema da criminalidade, mas são inegáveis o seu efeito dissuasivo e a sua utilidade enquanto ferramenta ao serviço das forças de segurança. Por isso propomos que a Câmara Municipal considere prioritário executar e custear um projeto de instalação de um sistema de videovigilância que contribua para a segurança de pessoas e bens, do património edificado e do tráfego automóvel, à semelhança do que já existe ou se prepara em cidades algarvias como são os exemplos de Albufeira, Portimão, Faro, ou Olhão. Assim, por reconhecermos que preservar a segurança e a perceção de segurança dos munícipes é também um dever do município, e que está ao alcance deste atuar pela sua promoção, o Grupo Municipal do partido CHEGA propõe que esta Assembleia Municipal, reunida no dia 26 de abril de 2023, delibere: 1 – Que a Câmara Municipal considere prioritário efetuar os necessários esforços para instalar e manter uma rede de videovigilância em locais sensíveis ou estratégicos na Cidade de Lagos, de harmonia com o previsto no Plano Estratégico de Turismo. 1.1 – Que o referido sistema, à semelhança do que já ocorre em outras cidades da região seja operado em exclusivo pela Polícia de Segurança Pública, mediante celebração de conveniente protocolo. 2 – Requerer uma vez mais ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que instale e convoque o Conselho Municipal de Segurança nos termos da lei. 3 – Dar conhecimento desta deliberação ao Ministério da Administração Interna, ao comando distrital de Faro da PSP, a todas as forças de segurança sedeadas no concelho de Lagos, e à comunicação social local e regional.”

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	HORA
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)	20.44

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) fez a seguinte intervenção: “Desde o momento em que esta proposta deu entrada nos serviços, já foram participados mais uma dúzia de assaltos. A Câmara Municipal não emitiu qualquer comunicado e não sabemos se está em contacto ou não com as forças de segurança, mas o nosso partido já marcou reuniões com forças de segurança e aliás amanhã estaremos com uma delas a fim de fazer um levantamento da situação de criminalidade nos últimos dias. Quero frisar que esta proposta não é novidade para ninguém nesta



Assembleia. Outros partidos têm proposto que o Presidente da Câmara cumpra a Lei, o próprio Partido Socialista concorda e por isso não se percebe porque é que com um ano e meio de novo mandato, o Sr. Presidente ainda não conseguiu sequer instalar o Conselho Municipal de Segurança, obrigatório por lei. Pode ser que o Partido que tem a maioria saiba esclarecer os nossos munícipes o porquê de o Sr. Presidente não conseguir executar a sua competência prevista pela Lei 33/98. Em relação à medida da Videovigilância, é algo que a autarquia já assumiu como importante em 2021, é algo que tem sido recomendado pelos partidos, em particular pelo principal partido da oposição. E, todavia, Lagos continua sem qualquer projeto nesse sentido. É algo que a nós não nos surpreende. Aliás, nas 64 páginas do programa eleitoral tipo do Partido Socialista, não existe uma única medida referente à segurança de pessoas e bens, por isso é natural que seja um tema que pouco lhes interesse. E por isso esta proposta vem trazer aqui hoje o tema por forma a que esta assembleia possa deliberar e pressionar a Câmara a fazer alguma coisa para proteger a segurança dos seus cidadãos.”-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS) fez um requerimento a requerer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para que instale e convoque o Conselho Municipal de Segurança sendo uma necessidade, lembrando que há bem pouco tempo o Comandante da PSP tomou posse em Lagos sendo necessários alguns critérios para que se instale o Conselho Municipal de Segurança de maneira a que se consiga assegurar a segurança e indicou o sentido de voto.-----

-----**ENTRADA DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte	20.45
PS	José António dos Santos Guerreiro	20.46

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) indicou o sentido de voto e referiu que, desde sempre, têm sugerido a implementação de videovigilância em zonas mais sensíveis do concelho de Lagos. Lembrou que os contratos de segurança pública são celebrados entre o Município e a PSP, abrangendo matérias que visam a cooperação entre a Administração Local, a comunidade e as entidades de segurança pública. Nesse sentido, sublinhou que Lagos, enquanto potência turística local, deve dispor destes meios de vigilância, quer como forma de dissuasão, quer como instrumento de obtenção de prova por parte das autoridades, tanto na cidade como em todo o concelho.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) informou do sentido de voto e referiu que estão a favor deste Conselho Municipal de Segurança que foi aprovado por unanimidade, e sabe-se que existe um período de tempo entre a aprovação em reunião de câmara e a aprovação das Entidades Competentes.-----

-----O Sr. David Roque (BE) referiu que o Bloco de Esquerda é, por princípio, contra medidas securitárias globais, que diminuem o direito à privacidade e, eventualmente, podem diminuir as liberdades dos cidadãos, e encaram a



Fl. 39v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

videovigilância, que tem vindo a crescer em todo o país, como uma forma bastante intrusiva de garantir a segurança pública indicando o sentido de voto.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) referiu que, no que diz respeito à proteção de dados e à videovigilância, estas ferramentas só são utilizadas em caso de ocorrência de problemas na via pública. Sublinhou ainda que “quem não comete maldades, não tem receios” e indicou o sentido de voto.-----

-----Posto isto, foi colocada a votação a Moção do Grupo Municipal CHEGA, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	3	0	1	1	0	20
ABSTENÇÕES	0	0	2	0	0	0	2
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	1	1

-----**DELIBERAÇÃO N.º 29/AM/2023:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal Singular do CHEGA sobre reativar o conselho municipal de segurança e preparar um sistema de videovigilância na Cidade.-----

-----**ENTRADA DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso	20.55

-----Foi apresentada a Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção pelo Grupo Municipal Singular do CHEGA: Em primeiro lugar queremos congratular os serviços bibliotecários do Município de Lagos pela sua excelência, os seus colaboradores que desempenham as suas funções de forma distinta e ainda todos os amigos da nossa biblioteca municipal que a frequentam. Os serviços das bibliotecas públicas destinam-se ao usufruto de toda a população do seu município. Sabemos que a leitura é um claro benefício para todos, já que é através desta que desenvolvemos o pensamento crítico, aumentamos o vocabulário, melhoramos a nossa criatividade, a nossa argumentação, melhoramos a escrita e ainda beneficia a nossa saúde mental. O Concelho de Lagos e o nosso País continuam a ver a sua população cada vez mais envelhecida devendo alertar-nos para as crescentes necessidades de proporcionar um envelhecimento saudável. De acordo com um estudo publicado em 2013 pela Academia Americana de Neurologia, a leitura promove o combate ao envelhecimento do cérebro, ou seja, através da leitura torna-se mais lenta a perda das capacidades cognitivas associadas ao envelhecimento natural, como por exemplo a memória. Ainda de acordo um estudo realizado pela Universidade de Edimburgo em 2014, conclui-se que a leitura pode resultar em melhorias cognitivas verbais e não verbais e que é de importância vital ao longo da vida. Mais recentemente, um estudo realizado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e da Fundação Calouste Gulbenkian no final de 2020 revelou que 61% dos portugueses não leram um único livro em papel, e, dos 39% que afirmavam ter lido, a maioria leu pouco. O mesmo estudo, refere que a grande



maioria assume que os pais nunca os levaram a uma livraria (71%), a uma feira do livro (75%) ou a uma biblioteca (77%). Temos consciência que os hábitos de leitura partem essencialmente da família, no entanto os municípios podem ajudar com exemplos e estímulos. O Partido CHEGA considera que a leitura de livros ocupa um lugar essencial no desenvolvimento humano, social e cultural de uma sociedade, desta forma qualquer ação por mínima que seja, mas que potencialize a implementação deste hábito, será sem dúvida, extremamente benéfica para toda uma sociedade. Se as necessidades individuais e coletivas de leitura aumentam e se a própria população de Lagos aumenta significativamente, torna-se cada vez mais lógico que o nosso município não se satisfaça com os meros mesmos serviços de décadas atrás, e expanda os seus serviços bibliotecários. Independentemente do executivo atual valorizar ou não a prioridade de uma nova biblioteca pública com condições de acessibilidade mais convidativas, o partido CHEGA defende desde logo a criação de uma biblioteca móvel, irá sem quaisquer dúvidas ajudar a reduzir a iliteracia estimulando e aumentando os benefícios da leitura nos nossos municípios. Assim, o Grupo Municipal do partido CHEGA propõe que esta Assembleia Municipal, reunida no dia 26 de abril de 2023, delibere: 1 – Propor à Câmara Municipal que invista nos serviços públicos de biblioteca e arquivo, em particular na sua relação com os municípios por forma a que estes possam usufruir dos benefícios da leitura e desenvolvendo assim a literacia, a autoestima, o respeito mútuo, e os valores de cidadania e solidariedade, nomeadamente através da: a) Adesão à rede de Bibliotecas Itinerantes, criando o serviço de biblioteca móvel que possa chegar às pessoas de todas as localidades do nosso território e que por variados motivos se vejam constrangidos a aceder à Biblioteca Municipal de Lagos. b) Criação de espaços de entrega e recolha de livros, a semelhança do que já vai sendo prática nos municípios vizinhos de Vila do Bispo, Portimão ou Silves, para combater a iliteracia no concelho e estimular o contacto e o gosto pela leitura e pelos livros. 2 – Recomendar à Câmara Municipal que promova o projeto de construção de um novo edifício de biblioteca, interligado o mesmo com o muito prometido novo arquivo municipal centralizado, em local que possibilite as adequadas condições de acesso, de acessibilidade e de espaço dignos para colaboradores e público. 3 – Dar conhecimento da presente deliberação à Rede Nacional de Bibliotecas Públicas da qual Lagos faz parte, às Assembleias de Freguesia do Município, às coletividades culturais do concelho e aos órgãos de comunicação social.”-----

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala a seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato	20.58

-----A Sra. Dina Cintra (PS) referiu que a leitura serve para o fomento da cultura e um instrumento de desenvolvimento pessoal de todos nós e serve de instrumento intelectual para toda a vida. É inequívoca a importância da leitura e o Grupo Municipal do PS apoia todas as medidas com a importância na leitura e indicou o



Fl. 40v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

sentido de voto.-----
-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referiu que a questão das extensões da biblioteca não são reforçadas nesta proposta e indicou o sentido de voto.-----
-----O Sr. David Roque (BE) reconheceu alguns aspetos positivos, mas assinalou uma omissão grave relativa ao catálogo digital. Considerou igualmente preocupante a proposta de construção de uma nova biblioteca, por poder significar o abandono de mais um serviço no centro histórico, defendendo antes a remodelação da biblioteca atual. Indicou, por fim, o sentido de voto.-----
-----Posto isto, foi colocado a votação a Moção do Grupo Municipal Singular do CHEGA, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	3	2	2	1	0	24
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	1	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 30/AM/2023:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal Singular do CHEGA sobre o combate à iliteracia e criação de um posto móvel em Lagos.----

-----Foi apresentada a Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta pelo Grupo Municipal do CHEGA: Em várias das comemorações habituais da cidade de Lagos são usados elementos pirotécnicos conhecidos como “fogos-de-artifício”. Ainda que o espetáculo luminoso seja um encanto para todos os participantes, da prática resultam estrondos que causam incómodos e mesmo danos para pessoas e animais. O barulho intenso, para os animais, pode causar danos irreversíveis ao sistema auditivo e até neurológico. Os estouros, estalidos e assobios causam altos níveis de stress a grande parte dos animais que assustados e em alerta máximo, na tentativa de escapar do “perigo”, podem fugir ou se magoar seriamente. Já em humanos, importa ressaltar todos os bebés e as pessoas mais vulneráveis, e em particular, as pessoas com síndrome de Down e as pessoas com transtorno de espectro Autista que apresentam uma hipersensibilidade sensorial aos estímulos sonoros. Entendemos que a Câmara de Lagos pode dar o exemplo e progressivamente substituir os tradicionais e dispendiosos fogos-de-artifício por soluções tecnológicas de espetáculo visual e sonoros existentes no mercado, como por exemplo fogos-de-artifício silenciosos, projeções virtuais, espetáculos de laser ou coreografias de drones iluminados, soluções que coordenadas com composições áudio podem afirmar qualquer celebração sem depender do rebentamento de fogos-de-artifício. Assim, por reconhecermos que os tradicionais fogos-de-artifício em Lagos causam transtornos e potenciam danos a pessoas vulneráveis e a animais, o Grupo Municipal do partido CHEGA propõe que esta Assembleia Municipal, reunida no dia 26 de abril de 2023, delibere: 1 - Recomendar à Câmara Municipal que no âmbito da sua política de festas habituais na cidade, dê o exemplo e progressivamente substitua a utilização de ruidosos fogos-de-artifício por meios modernos e tecnologicamente avançados de espetáculo visual e sonoro, mais compatíveis com as vulnerabilidades da saúde humana e animal. 2 - Dar



conhecimento da presente deliberação às assembleias de freguesias do município, às coletividades socioculturais sedeadas no concelho e ainda às associações de defesa animal. 3 - Dar conhecimento à comunicação social local e regional.”-----

-----A Sra. Manuela Rodrigues (PS) lembrou que as regras de utilização de fogo-de-artifício são bastante rigorosas no que diz respeito à segurança, devido ao risco de incêndio que pode ocorrer, salientando que o Município apenas os utiliza uma vez por ano, nas festividades da passagem de ano. Referiu ainda que é necessário ir-se adaptando, de forma gradual, a alternativas mais sustentáveis e menos impactantes, tanto para o ambiente como para as pessoas, respeitando simultaneamente os mais vulneráveis e aqueles que apreciam o espetáculo do fogo-de-artifício. Não deixou de lembrar os encargos financeiros associados às novas tecnologias, tendo indicado o sentido de voto.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) informou do sentido de voto e que achava que a tradição se deveria manter.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) informou o sentido de voto e referiu que a evolução tecnológica poderá conduzir-nos a alternativas de fogo-de-artifício silencioso. Sublinhou a importância de considerar os impactos mentais, tanto nas pessoas como nas demais espécies, sem esquecer a tradição associada aos fogos-de-artifício, que têm sido um fator distintivo da nossa identidade.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) referiu que esta iniciativa aponta para alternativas viáveis aos fogos-de-artifício ruidosos, existindo já versões silenciosas, que podem ser acompanhadas apenas por música.-----

-----Posto isto, foi colocada a votação a Proposta do Grupo Municipal Singular do CHEGA, que obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	0	0	0	1	1	18
ABSTENÇÕES	0	3	0	2	0	0	5
VOTOS CONTRA	0	0	2	0	0	0	2

-----**DELIBERAÇÃO N.º 31/AM/2023:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal Singular do CHEGA sobre os festejos para todos – Transitar dos fogos-de-artifício-----

-----Foi apresentada a Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta pelo Grupo Municipal do CHEGA: Estamos cientes da problemática da falta de habitação que assola os cidadãos em geral e os munícipes lacobrigenses em particular, e sobretudo pelos preços praticados. Além da defesa da construção de habitação acessível para os que procuram a sua primeira habitação, o Partido CHEGA entende que à semelhança do que sucede nos arrendamentos particulares em Lagos, o acesso à habitação própria e permanente deve poder ser acedido por atuais e futuros arrendatários quando o senhorio é a Câmara Municipal. Entendemos ainda que para os cidadãos que alcançam alguma capacidade financeira, conseguir aceder a habitação própria e permanente representa uma mudança revolucionária que: a) Promove uma segurança para a morada de família; b) Dá liberdade para a conservação e realização de melhorias; c) Se traduz num



Fl. 41v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

investimento financeiro com significativa segurança. Considerando que: 1 - Um arrendamento com opção de compra é uma modalidade prevista no art.º 51.º da Lei n.º 83/2019, de 3 de Setembro (Lei de Bases da Habitação) - já disponibilizada com sucesso por administrações do Estado Português, com destaque para o governo da Região Autónoma dos Açores - e que consiste na entrega de uso de uma propriedade em troca de uma renda periódica, preparatório do negócio de compra e venda que deverá ser realizada no prazo determinado e nas condições acordadas. 2- O Município de Lagos é uma entidade atualmente senhoria de mais de 380 fogos municipais (de acordo com informações recentes prestadas pelo pelouro), número que se prevê aumentar consideravelmente com o progressivo aumento do parque habitacional previsto na Estratégia Local de Habitação, apesar dos problemas e dos atrasos verificados. 3- Além da complexa missão de gerir os arrendamentos, com muitos casos particularmente complexos, o Município de Lagos tem um encargo crescente em termos de manutenção e reabilitação física destas habitações, na sua maioria com dezenas de anos e com condições de isolamento e conforto térmico inadequadas aos dias de hoje. 4- Da mesma forma que quaisquer outros arrendatários podem atualmente negociar com os seus senhorios a aquisição da sua habitação arrendada, algumas destas mais de 380 famílias arrendatárias de fogos municipais que poderão vir a estar em condições de aceder a financiamento merecem que lhes seja facultada oportunidade para almejar ser proprietários das suas próprias casas. Propomos que a Câmara Municipal de Lagos no âmbito das suas políticas de habitação venha a enquadrar o acesso a um programa de apoio à habitação própria e permanente dirigido aos atuais arrendatários de fogos municipais, que reúnam ou venham a reunir condições de capacidade financeira e que manifestem o interesse de adquirirem a propriedade ou o direito de superfície do imóvel que habitam. E por isso sugerimos medidas, entre as quais, por exemplo: a) Atualizar a avaliação nos termos do CIMI de todas as habitações municipais. b) Tornar pública a relação dessas avaliações por uma questão de transparência e justiça; c) Criar em sede de regulamento municipal as cláusulas que especifiquem a modalidade de arrendamento com opção de compra e definir condições mínimas de viabilidade e acesso à modalidade pelos novos arrendatários assim como a migração para o caso dos atuais arrendatários e arrendatários com contratos antigos. Por condições mínimas de viabilidade poderá entender-se a demonstração de histórico irrepreensível de pagamento de rendas e de consumos nos últimos cinco anos, ou de um mínimo de um ano no caso de novos contratos, bem como a ausência de quaisquer incumprimentos, entre outros. Nas disposições regulamentares o Município poderá definir as condições de participação e de exclusão, período de inalienabilidade, e novos valores de renda ajustados à realidade do candidato no momento da candidatura e um prazo flexível associado ao valor expectável para a entrada exigível crédito habitação. Consideramos ainda que a Câmara Municipal poderá inclusive analisar possíveis formas legais de se constituir como fiador/garante do cumprimento do crédito quando se trate da alienação do direito de superfície. Propomos ainda que este acesso seja alargado aos novos arrendatários em futuros concursos de atribuição de fogos municipais a custos controlados.



Assim, por entendermos que em Lagos o acesso à aquisição de habitação própria e permanente deve poder ser possível a arrendatários, independentemente do senhorio ser um particular ou ser a Câmara Municipal. O Grupo Municipal do partido CHEGA propõe que esta Assembleia Municipal, reunida no dia 26 de abril de 2023, delibere: 1 – Recomendar à Câmara Municipal que no âmbito da sua política de habitação venha a enquadrar uma regulamentação justa para os atuais e futuros agregados familiares arrendatários de fogos municipais, nomeadamente com a definição de condições de candidatura à modalidade de arrendamento com opção de compra, modalidade prevista na Lei de Bases da Habitação de 2019, e devendo estar em harmonia com o Regime do Arrendamento Urbano e para a finalidade exclusiva de Habitação Própria Permanente. 1.1 – Salvaguarda-se que deverá ser assegurado que toda a receita proveniente da alienação de habitações seja para reinvestir na reabilitação, conservação e modernização do parque habitacional do município. 2 – Dar conhecimento da presente deliberação às assembleias de freguesias do município, ao conselho municipal de habitação, às cooperativas de habitação do concelho e a todos os arrendatários de habitações sociais. 3 – Dar conhecimento da presente deliberação à comunicação social local e regional.”-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) fez a seguinte intervenção: “Sabemos que hoje, dos atuais 380 arrendatários municipais, apenas uma minoria poderá ter o acesso a financiamento, e dessa minoria, nem todos terão interesse em se tornarem proprietários das suas habitações. Mas esta proposta é para todos os atuais arrendatários, muitos deles em condições económicas bastante diferentes do que no momento que conseguiram habitação social. Mesmo os que não têm condições agora poderão vir a ter no futuro. E esta proposta é também para os futuros beneficiários a quem venham a ser atribuídas as novas habitações. É uma proposta moderada, de recomendação, e só quem não deseja que estas pessoas melhorem as suas vidas pode estar contra esta proposta.”-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS) referiu que estão a ser construído e indicou o sentido de voto.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) referiu que o Município dispõe de cerca de 380 fogos habitacionais e considerou que a Câmara Municipal constitui uma “almofada” social muito importante, especialmente para aqueles que não conseguem adquirir habitação própria ou que enfrentam situações de urgência. Defendeu que é essencial manter esta assistência social como uma garantia a preservar. Admitiu que, no futuro, se possa ponderar a alienação de uma parcela dos fogos construídos a interessados, mas alertou para o risco de especulação e de práticas orientadas apenas para a rentabilidade, sublinhando que nada está ainda definido sobre essa possibilidade. Terminou a sua intervenção com a indicação do sentido de voto.-----

O Sr. David Roque (BE) considerou que a aprovação desta proposta seria um sinal contrário ao que atualmente se pretende em matéria de habitação pública. Defendeu que o Estado Central, através do Estado Local e das Autarquias, deve garantir uma bolsa de habitação pública cada vez mais robusta, pelo que não faz sentido perder habitações desse património, especialmente quando há uma necessidade crescente. Acrescentou que existe ainda o risco de essas habitações virem a ser transacionadas



Fl. 42v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

ao preço do mercado especulativo, o que considera ser uma tendência comum, com grande probabilidade de ocorrer em larga escala. -----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) indicou o sentido de voto e referiu que as necessidades habitacionais se centram na habitação social ou a custos acessíveis. Informou que estão de acordo com a proposta alternativa apresentada por parte dos cidadãos.-----

-----Posto isto, foi posta a votação a proposta do Grupo Municipal Singular do CHEGA:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	0	0	1	0	1
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	16	3	2	2	0	1	24

-----**DELIBERAÇÃO N.º 32/AM/2023:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal Singular do CHEGA sobre a liberdade de arrendamento com a opção de compra (AOC) em todas as habitações municipais.-----

-----O Grupo Municipal da LCF apresentou a seguinte Declaração de Voto: “1 No presente momento estão inscritas na CML mais de 1600 famílias que pretendem um fogo para alugar, que acresce, provavelmente, a centenas de jovens, que não estão inscritos, porque vivem na casa dos pais. Tal situação tem como consequência não conseguirem constituir família, com todos os inconvenientes associados a esse facto; 2 A CML possui cerca de 380 fogos municipais, que estão praticamente todos alugados. Muitos destes fogos, com alugueres sociais, alojam famílias que não conseguem, de forma alguma, adquirir o fogo onde vivem, porque não conseguem crédito para esse fim; 3 Em nossa opinião, mais importante que criar um Regulamento Municipal para permitir o arrendamento com opção de compra, (que poderá no futuro ser adquirido, logo que a CML tenha fogos municipais suficientes, e após a concretização de uma estratégia de construção de algumas centenas de fogos municipais), será perceber qual a estratégia futura para suprir essa necessidade, ou se essa estratégia é um desígnio dos gestores políticos do nosso Município; 4 Devido ao reduzido número de fogos municipais existentes, pensamos que não é o momento certo para adotar o arrendamento com opção de compra, sem primeiro realizar uma discussão séria e competente sobre este assunto, discussão essa que vai muito além do que a aprovação de uma simples Moção; 5 Fica por entender, na presente Moção, a que preços o nosso Município iria alienar os fogos, certamente com valores bastante reduzidos, e como seriam reguladas as futuras vendas desses mesmos fogos, de forma a evitar-se a especulação imobiliária com a utilização de fogos municipais alienados; 6 É também imperativo, num regulamento desta natureza, definir cláusulas que impeçam a especulação imobiliária destes fogos municipais e essa temática deve ser bem escalpelizada e aprofundada em contextos mais adequados; 7 Num outro contexto, e com a criação dos fogos municipais necessários e suficientes para suprir as necessidades e as lacunas existentes nesta matéria, e com uma discussão mais aprofundada de todas as variáveis desta



problemática, visando o objetivo em análise, poderíamos vir a concordar com uma Moção desta natureza; 8 No presente momento, e face ao suprarreferido, somos a votar contra a presente Moção.”-----

-----Foi apresentada a Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta de Saudação pelo Grupo Municipal da CDU: Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam - a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspetos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação. Às operações programadas e depois executadas, na madrugada, pelos Capitães de Abril (grupo de militares em que predominava a patente de capitão) e que desarmaram o regime opressor, associou-se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País. Como aconteceu na nossa cidade, na Praça Gil Eanes no dia 27 de abril que se tornou pequena para acolher tanto povo. E, gritando, exprimiram livremente o que pensavam. Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas. Assim, comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal. Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares. Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta antifascista, pela liberdade e a democracia. Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória coletiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado. Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução, não uma “evolução” ou “transição” entre regimes, um momento e um processo de rutura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava. Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo. Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local Democrático como uma das suas conquistas. Abril foi e é um processo libertador desde logo ao dismantelar e substituir os centros de poder em que a força e a ação do passado fascista assentavam. Foi pela ação revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na



Fl. 43v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Constituição da República. Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local hoje ameaçado, pelo subfinanciamento, pela sua descaracterização por via da transferência de encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros. Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir. Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam. O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam. Nestes os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 26 de Abril de 2023 delibere: 1 Saudar o 49.º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam; 2 Reafirmar o espírito de serviço público que, há 48 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local; 3 Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta; 4 Exigir a criação das regiões administrativas sem mais delongas e processos dilatatórios; 5 Dar concretização ao processo de reposição das freguesias liquidadas contra a vontade das populações.”-----

-----Sem que tenha sido alvo de qualquer intervenção, foi colocada a votação a Proposta de Saudação do Grupo Municipal da CDU, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	3	2	2	0	1	24
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	1	0	1

-----DELIBERAÇÃO N.º 33/AM/2023:

-----**Aprovada**, por maioria, a proposta de Saudação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU sobre a Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder democrático.-----

-----Foi apresentada a Plenário, para apreciação e votação, a seguinte proposta pelo Grupo Municipal da CDU: “1. Em 30 de Junho de 2008 a Assembleia Municipal de Lagos aprovou por Unanimidade uma proposta, que recomendava à Câmara Municipal de Lagos que em colaboração com as artesãs e as empresas locais de doçaria tradicional, dinamize o processo para a certificação de origem do doce D. Rodrigo de Lagos. Em 23 de Fevereiro de 2015 a Assembleia Municipal de Lagos aprovou, uma proposta que novamente recomendava à Câmara Municipal de Lagos, o cumprimento da deliberação anteriormente tomada em 30 de Junho de 2008. «O Dom Rodrigo de Lagos é um dos mais afamados e apreciados doces regionais do Algarve. Digno representante da doçaria confeccionada com ingredientes e produtos endógenos, com destaque para a amêndoa, o Dom Rodrigo é também a expressão



de uma tradição com origens antigas e resultado de saberes apurados, transmitidos de geração em geração. Um património com tanto valor cultural como o que têm os edifícios históricos, os monumentos ou as coleções de museus» (Revista Municipal).
2. É praticado na Meia Praia há largos anos, um sistema de pesca artesanal e legalmente tem o nome de arte de xávega. É um sistema que utiliza exclusivamente a força humana no largar e no puxar para terra da rede, e o uso de um motor é apenas e recentemente, no barco que larga a rede no mar a partir da areia. Em 29 de Abril de 2013 a Assembleia Municipal de Lagos aprovou por unanimidade uma proposta que recomendava à Câmara Municipal de Lagos que promovesse a divulgação da arte xávega local, artesanal, junto das escolas, sector turístico e da população em geral. Em 20 de Dezembro de 2017 a Assembleia Municipal aprovou novamente por unanimidade uma proposta que recomendava que a Câmara Municipal de Lagos desse cumprimento à deliberação da Assembleia Municipal de 29 de Abril de 2013 e que tomasse as diligências necessárias para a integração da Arte Xávega artesanal da Meia Praia, no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial. Estamos assim na presença de duas práticas locais enraizadas na nossa cultura e que até à data passados que são vários anos não se verificou a Certificação do D. Rodrigo de Lagos nem a integração da Arte Xávega no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial. Pelo que, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida em 26 de Abril de 2023 delibere: Solicitar à Câmara Municipal de Lagos que apresente à Assembleia Municipal de Lagos um relatório das diligências efetuadas até à presente data, para o cumprimento das deliberações acima referidas.”-----

-----Sem que tenha sido alvo de qualquer intervenção, foi colocada a votação a Proposta de Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 34/AM/2023:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU sobre a certificação do Doce D. Rodrigo de Lagos e pela Integração da Arte Xávega no Inventário Nacional de Património Cultural Imaterial.-----

-----Foi apresentada a Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta pelo Grupo Municipal da CDU: “1) Os milhares de democratas presentes no III Congresso da Oposição Democrática, reunido em Aveiro de 4 a 8 de Abril de 1973, têm a consciência de que esta reunião – a que o Governo foi obrigado por pressão das condições internas e para tentar melhorar a sua imagem internacional – constituiu uma grande vitória das forças democráticas. A larga mobilização de democratas efetuada em todo o País em torno da organização dos trabalhos, da elaboração das teses e do debate dos problemas apresentados, veio no seguimento da movimentação democrática crescente, ao mesmo tempo que traduz o descontentamento cada vez maior da população portuguesa em face do constante agravamento dos problemas fundamentais do País. 2) Manifestam os democratas em Congresso o seu firme e veemente protesto contra as múltiplas ações repressivas com que o Governo procurou intimidar, dificultar e impedir a sequência dos trabalhos. Tais ações vão desde as prisões de numerosos democratas quando em vários pontos do país colavam cartazes do Congresso, à proibição de sessões de



Fl. 44v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

trabalho preparatórias, desde o corte sistemático de notícias sobre o Congresso pela Censura, ao encerramento do parque de campismo em Aveiro para evitar o alojamento das camadas trabalhadoras e da juventude estudantil; desde a retenção de excursões do «rápido» em Avanca para identificação dos passageiros – tornando Aveiro uma cidade cercada – a criação de um clima de inquietação, propalando notícias falsas sobre pseudoviolências em Aveiro e tudo culminando com a ferocidade com que as forças policiais atacaram a romagem dos democratas à campa de Mário Sacramento na manhã de domingo 8 de Abril, causando feridos. Reconhecendo ser a violência um direito dos oprimidos, o Congresso pretende que o exercício da violência pelas autoridades contra o povo pacífico e indefeso toma o nome de desumanidade e brutalidade. 3) Realiza-se o Congresso num momento em que os problemas do povo português são cada vez mais graves e se verifica a total incapacidade das forças dominantes para os resolver. Doze anos de guerra colonial representam um crime contra a Humanidade pela destruição de populações e culturas africanas e um sacrifício absurdo que tem sangrado o país em vidas e recursos, constituindo profunda causa de depressão das energias morais de um povo que precisa de as mobilizar para a construção do futuro. O crescente domínio do capital monopolista internacional e nacional agrava pesadamente as condições de trabalho e de vida das massas trabalhadoras, transfere para essas massas trabalhadoras o custo da inflação e das pseudo-medidas para a debelar, reduz ainda mais os direitos sindicais, transformando-os em meros simulacros, esconde a sua incapacidade para responder aos problemas e exigências reais com a proclamação de projetos de ensino, habitação, saúde e segurança social que nada resolvem e deixam intactas as verdadeiras causas da gravíssima situação de carência em todos esses domínios. O agravamento das contradições internas do regime e a limitação da sua base política de apoio tem levado o Governo, como resposta a essa agudização, a acentuar a escalada repressiva em todos os aspetos e sectores da vida nacional, criando uma situação em que para se ser acusado de subversão e receber os golpes de um poder que não conhece limites, e suficiente tomar consciência dos problemas do país e legitimamente procurar-lhes caminhos de solução. 4) Perante este quadro, que foi pormenorizadamente analisado por cerca de duas centenas de teses e comunicações e em vinte e cinco longas e largamente participadas sessões de trabalho, os democratas presentes no III Congresso da Oposição Democrática concluem que os objetivos imediatos, possíveis de atingir através da ação unida das forças democráticas, são: - Fim da guerra colonial; - Luta contra o poder absoluto do capital monopolista; - Conquista das liberdades democráticas. A luta por objetivos parciais e imediatos, sendo nas atuais condições amplamente mobilizadora, não deve no entanto fazer-nos esquecer o objetivo final da conquista do socialismo, o qual é indispensável para a construção de uma sociedade justa e digna. 5) Perante a expansão das forças democráticas e a sua crescente projeção no povo português, perante a radical oposição entre o movimento democrático e o regime na análise e nas linhas de solução dos problemas fundamentais do país, não resta outra alternativa ao Governo a não ser a repressão total da movimentação democrática ou o reconhecimento da realidade política nacional. O primeiro caminho, além de ferir



os direitos elementares de qualquer povo, revelar-se-ia inoperante como a experiência histórica demonstra. Por isso, deve ser igualmente objetivo imediato de ação a conquista do reconhecimento da organização democrática e da sua plena liberdade de atuação. <https://www.pcp.pt/declara%C3%A7%C3%A3o-final-do-3%C2%BA-congresso-da-oposi%C3%A7%C3%A3o-democr%C3%A1tica>.”-----
-----Sem que tenha sido alvo de qualquer intervenção, foi colocada a votação a proposta do Grupo Municipal da CDU:-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 35/AM/2023:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Saudação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU sobre a os cinquenta anos do terceiro Congresso da Oposição Democrática.---

-----Foi apresentada a Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção pelo Grupo Municipal da CDU: “Nos últimos anos, foi possível pôr fim aos cortes nas pensões e reformas e garantir aumentos extraordinários consecutivos, beneficiando mais de dois milhões de reformados. Entre 2017 e 2021, a atribuição do aumento extraordinário nas pensões, correspondeu a um aumento entre 34 e os 50 euros no valor da pensão de mais de um milhão e seiscentos mil reformados. Entretanto, em meados de 2021, registou-se o aumento de preços de bens essenciais, o que exigia um maior aumento das pensões. Os aumentos registados em Janeiro de 2022, entre os 0,24% e 1%, estiveram longe de responder ao aumento da inflação, como alertamos, o que não permitiu enfrentar o agravamento das condições de vida dos reformados e pensionistas. Durante o ano de 2022, por aproveitamento dos grupos económicos, os preços de bens e serviços essenciais tiveram aumentos especulativos e a um acelerado aumento da inflação. Nesta sequência ao invés de proceder ao aumento intercalar das pensões e reformas que permitisse recuperar o poder de compra, o Governo decidiu atribuir um complemento extraordinário aos reformados e pensionistas, correspondente a 50% da pensão. Contrariamente à propaganda do Governo a atribuição deste complemento não constituiu qualquer apoio aos reformados, mas antes uma suspensão da lei em vigor. Acresce a isto, a atualização das pensões de reformas no ano de 2023 em metade do valor a que os reformados teriam direito (considerando a taxa de inflação em vigor). Tal prejudica brutalmente os reformados e pensionistas, já que a atualização das pensões e reformas ficou muito aquém do que legalmente deveria ter sido, e muito longe do objetivo de reposição do poder de compra. O aumento dos preços dos bens e serviços essenciais, tem vindo a agravar-se e está claramente a aprofundar a degradação das condições de vida dos reformados, pensionistas e idosos, muitos dos quais vivem em situação de pobreza, em resultado dos baixos valores das suas reformas e a aumentar os riscos de empobrecimento de todos aqueles que têm perdido poder de compra em resultado da falta de atualização anual dos montantes das suas reformas. O País está confrontado com um profundo agravamento das situações de pobreza de milhares de reformados com pensões muito baixas (o valor médio da pensão de velhice do regime contributivo foi de 508,63 € em Dezembro de 2021), a quem é negado o direito a um nível de rendimento que lhes permita uma alimentação cuidada, o pagamento das despesas essenciais como a habitação, a eletricidade ou o gás, assim como os medicamentos. São pessoas que



Fl. 45v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

trabalharam uma vida inteira e que merecem ver a elevação das suas condições de vida e, especialmente, merecem viver com dignidade. Para que a recuperação do poder de compra e a valorização das reformas e pensões seja possível, é urgente garantir um aumento intercalar das reformas e pensões, a ser aplicado no imediato, de 9,1%, garantindo um valor mínimo de 60,00€. O que significa que, nas pensões mais baixas, cujo rendimento é todo ele destinado ao consumo, o aumento é percentualmente maior. Um aumento intercalar contribui para uma verdadeira valorização das pensões como dimensão indispensável da autonomia económica e social, de recuperação real do poder de compra e da elevação das condições de vida dos reformados e pensionistas do nosso país. Em relação ao nosso Concelho verificamos que: Em 31 de Dezembro de 2022 o número de pensionistas ativos eram de:

Concelho	Pensão de Invalidez	Pensão de Velhice	Pensão antecipada
Lagos	515	4710	292

Já o número de aposentados no nosso Concelho em 31 de Dezembro de 2022 era de:

Concelho	Velhice	Incapacidade	Pensão Antecipada
Lagos	674	147	444

De referir que o total de reformados e aposentados no nosso Concelho era de 6782 Cidadãos em 31 de Dezembro de 2022. A CDU apresenta esta proposta por ser da mais elementar justiça a adoção de medidas imediatas de valorização de todas as pensões, assegurando recuperação e valorização do poder de compra, com um aumento mínimo de 60 euros. Face ao exposto os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 26 de Abril de 2023 delibere: 1- Recomendar ao Governo o aumento intercalar de todas as pensões e reformas num valor correspondente a 9,1%, não podendo o montante da atualização ser inferior a 60,00€ por pensionista/reformado, de forma a dar expressão mais efetiva à recuperação de rendimentos e direitos.”-----

-----O Sr. Paulo Morais (PS) fez a seguinte intervenção: “O XXIII Governo Constitucional, da responsabilidade do Partido Socialista, tem vindo a desenvolver, de forma responsável, um conjunto de políticas sociais, mas sem esquecer a necessidade de manter controlado o défice do Estado, bem como, o padrão de redução da dívida pública. Em 2022, através de um crescimento real do PIB de 6,7% e de um défice 0,4% do PIB, a dívida pública reduziu-se para 113,9% do PIB (mínimo desde 2010). Portugal reforçou a sua credibilidade externa, com as principais agências de notação financeira a elevarem o *rating* da dívida pública portuguesa, cujo custo de financiamento se encontra abaixo do custo das dívidas de Itália e de Espanha. Não nos podemos esquecer que a redução da dívida pública reforça a credibilidade externa do país. Vejamos alguns bons exemplos de políticas fiscais de cariz social. Entre as medidas adotadas em 2022 para proteger o rendimento das famílias, designadamente, houve um complemento extraordinário para pagamento de meia pensão aos pensionistas, que foi pago em outubro de



2022, antecipando parte do aumento das pensões que estava previsto para 2023. No passado dia 20 de abril de 2023, foram pagos por transferência bancária, a todos os agregados familiares beneficiários da tarifa social de energia elétrica e de prestações sociais mínimas, num montante global de 90 euros. Tratou-se do primeiro pagamento deste apoio extraordinário referente ao primeiro trimestre de 2023. Os próximos pagamentos, igualmente no valor de 90 euros, serão realizados nos meses de junho, agosto e novembro, o que significa que todos estes agregados familiares receberão no ano de 2023 um montante global de 360 euros. No Conselho de Ministros de 17 de abril de 2023 foi aprovado um aumento intercalar das pensões a partir de julho de 2023, com o valor de 3,57%. Somando este aumento intercalar com o já concretizado desde janeiro, no segundo semestre de 2023 as pensões estarão atualizadas, relativamente a dezembro de 2022, ao valor que resulta da Lei de Bases da Segurança Social. O Governo garante que, em 2024, «não haverá qualquer perda de poder de compra dos pensionistas, cujas pensões serão atualizadas de acordo com as pensões a pagamento em dezembro, sendo uma pensão correspondente à que teria resultado da Lei de Bases da Segurança Social». Mas há outras medidas de políticas públicas de rendimentos e preços que se devem salientar. No passado dia 18 de abril de 2023, entrou em vigor a taxa zero de IVA para um cabaz de 44 bens alimentares essenciais, que vigorará até 31 de outubro, mas o Governo já admite a sua prorrogação. Outra medida, é a majoração da dedução por dependente em sede de IRS – a dedução à coleta por dependente até aos seis anos, aplicável a partir do segundo filho, foi majorada dos 600€ para os 900€ (tendo passado para 750€ em 2022 e 900€ em 2023). A medida de Garantia para a Infância pretende assegurar a todas as crianças e jovens com menos de 18 anos, em risco de pobreza extrema, um montante anual global do abono de família de 1200 euros (100 euros por mês). Esta medida abrange hoje cerca de 150 mil crianças. A entrada em vigor das alterações da legislação laboral no âmbito da “Agenda do Trabalho Digno e de Valorização dos Jovens no Mercado de Trabalho” contempla um conjunto de providências contra a precariedade laboral, para valorizar os salários, incentivar o diálogo social e a negociação coletiva, promover igualdade no mercado de trabalho, melhorar as condições de conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional e reforçar os mecanismos de fiscalização de situações irregulares. A celebração do Acordo de Médio Prazo de melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade, entre o Governo e os Parceiros Sociais, no passado mês de outubro de 2022, permite acelerar o crescimento da produtividade e promover a convergência do peso dos salários no PIB com a média da União Europeia. Desde setembro de 2022 as creches passaram a ser gratuitas para todas as crianças nascidas após 1 de setembro de 2021 que frequentem a rede social. Em fevereiro de 2023, mais de 53 mil crianças foram abrangidas pela medida de gratuidade das creches, num investimento mensal de 8,7 milhões de euros. O desemprego registado em março último (306.157 pessoas), foi o valor mais baixo, nesse mês, nos últimos 30 anos, com uma diminuição de -3,0% (-9.488 pessoas) relativamente ao mês anterior, e -6,2% abaixo do nível observado em março de 2022 (-20.094 pessoas). Entre fevereiro e março de 2023, o desemprego registado



Fl. 46v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

diminuiu em cadeia em todas as regiões, com destaque para a redução de -22,9% na região do Algarve. Estas foram algumas das medidas, mas muitas mais estão previstas no programa do Governo, apenas no âmbito social. Quem não tem responsabilidades governativas tem facilidade em fazer prometer mundos e fundos. Confiamos na governação financeiramente responsável, que redistribui a riqueza criada de acordo com as possibilidades do país. Os governos PS, não fazem cortes cegos como a direita no passado fez, mentindo ao eleitorado e indo além da TROIKA, nem, podem cair no exagero de estimular a dívida pública, como quer a esquerda utópica, que nos sairia mais cara e atrasaria o desenvolvimento do país, como aliás, veio recentemente avisar a presidente do Conselho de Finanças Públicas. O Partido Socialista governa o país e o município com visão social, mas financeiramente responsável, logo, não podemos acompanhar a proposta da CDU ou de qualquer outra força política, quando toma posições irrealistas.”-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) fez a seguinte intervenção: “Depois de com o OE2023 o PS ter rasgado a fórmula de cálculo e de terem cortado mil milhões em pensões, os socialistas lá cederam aos pensionistas e decidiram voltar a cumprir a lei da atualização das pensões no próximo mês de Julho, resultando numa atualização intercalar de 3,75%. O CHEGA não apenas é contra qualquer corte de pensões como tem defendido um aumento em linha com a inflação. E achamos que este malabarismo e esta forma de estar do Partido Socialista não foi e não é justa para os pensionistas. Achamos que depois de cortar mil milhões vir anunciar a palavra Aumento, é uma propaganda à medida das sondagens. Sabemos que somos o único partido à direita do PS que rejeita cortes nas pensões e que defende mais aumento de pensões e inclusive vota favoravelmente propostas da extrema esquerda nesta matéria. Podem nos continuar a chamar populistas, mas não deixaremos de estar ao lado dos pensionistas e reformados. Tal como apoiamos a proposta do PCP para alterar o OE2023 em conformidade com a fórmula de cálculo, apoiamos também esta recomendação ao Governo. *PSD absteve-se na votação da proposta do PCP”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referiu que têm plena consciência de que existem cerca de dois milhões de pessoas em situação de pobreza, salientando que a maioria aufere rendimentos inferiores a 500,00€ e, em muitos casos, apenas ligeiramente superiores, como 550,00€, o que é manifestamente insuficiente face ao aumento do custo de vida. Defendeu que os aumentos devem ser extraordinários e não baseados em percentagens, pois estas resultam apenas em acréscimos de centimos para as pensões mais baixas. Contrastou com os aumentos mais significativos atribuídos a quem aufere rendimentos acima dos 1.000,00€, considerando essa disparidade injusta. Concluiu reafirmando a sua proposta..-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referiu que compreendem as recomendações dirigidas ao Governo, no entanto, discordam da forma como a CDU propõe fazê-las. Sublinhou que a posição do PSD, a nível nacional, mantém-se coerente: os aumentos devem acompanhar as linhas de evolução da inflação, o que, segundo afirmou, não é garantido pela proposta apresentada pela CDU. Acrescentou ainda que importa recordar que foi durante um Governo do PS que se verificou o corte de



mil milhões de euros, salientando que não foi o PSD a promovê-lo, mas sim outros partidos que votaram a favor dessa medida.-----

-----Posto isto, foi colocada a votação a Moção do Grupo Municipal da CDU:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	2	0	1	1	4
ABSTENÇÕES	0	3	0	2	0	0	5
VOTOS CONTRA	16	0	0	0	0	0	16

-----**DELIBERAÇÃO N.º 36/AM/2023:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU sobre o aumento intercalar das reformas e pensões no ano de 2023.-----

-----Foi apresentada a plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção pelo Grupo Municipal da CDU: “Em 22 de Fevereiro de 2010 foi apresentado pela CDU uma proposta na Assembleia Municipal de Lagos que recomendava à Câmara Municipal de Lagos que desenvolvesse em 2010 os procedimentos necessários à criação do processo de orçamento Participativo no Município de Lagos. Em 6 de Novembro de 2013 foi deliberado pela Câmara Municipal de Lagos por proposta da CDU “Sobre a criação do orçamento Participativo no Município de Lagos a integrar as Grandes Opções do Plano para 2014. Em 18 Fevereiro de 2015 reuniram os Vereadores da Câmara Municipal com a Comissão da Assembleia Municipal onde foram apresentadas para discussão a Carta de Princípios e as Normas de Implementação do orçamento. No dia 4 de Março de 2015 a Câmara Municipal de Lagos aprovou o Projeto de Implementação do Orçamento Participativo de Lagos 2016, bem como a Carta de Princípios e as Normas de Implementação do Orçamento. Ora acontece que só em 2015 foi dado início à divulgação do Orçamento Participativo de Lagos, que foi lançado nos anos de 2016, 2017 e 2018 e desde essa data não se realizou em Lagos o Orçamento Participativo. Considerando que na carta de princípios aprovada em 4 de Março de 2015 referia que: O Orçamento Participativo é uma iniciativa do Município de Lagos que pretende demonstrar e aprofundar a ligação da autarquia com os cidadãos, visando o envolvimento de todo o concelho, através da sua participação nas políticas governativas locais. Esta medida incentiva a cidadania ativa, sendo um instrumento de fundamental importância na estratégia do município, promovendo a participação e envolvimento dos cidadãos nas dinâmicas de governação local e na definição de prioridades. Considerando que se mantém atuais os princípios definidos na Carta de Princípios e nas Normas de Implementação do Orçamento, não se compreende porque não foi retomado a prática do orçamento Participativo no Concelho de Lagos. Assim, os Eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 26 de Abril de 2023 delibere: Incumbir a Câmara Municipal de Lagos a retomar o processo do Orçamento Participativo no Concelho.”-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS) sugeriu a alteração da palavra incumbir por recomendar e indicou o sentido de voto.-----

-----Posto isto, foi colocada a votação a Moção do Grupo Municipal da CDU.-----



Fl. 47v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

-----**DELIBERAÇÃO N.º 37/AM/2023:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Em 22 de fevereiro de 2010 foi apresentada pela CDU uma proposta na Assembleia Municipal de Lagos que recomendava à Câmara Municipal de Lagos que desenvolvesse em 2010 os procedimentos necessários à criação do processo de orçamento Participativo no Município de Lagos. Em 6 de novembro de 2013 foi deliberado pela Câmara Municipal de Lagos por proposta da CDU “Sobre a criação do orçamento Participativo no Município de Lagos a integrar as Grandes Opções do Plano para 2014”. Em 18 fevereiro de 2015 reuniram os Vereadores da Câmara Municipal com a Comissão da Assembleia Municipal onde foram apresentadas para discussão a Carta de Princípios e as Normas de Implementação do orçamento. No dia 4 de março de 2015 a Câmara Municipal de Lagos aprovou o Projeto de Implementação do Orçamento Participativo de Lagos 2016, bem como a Carta de Princípios e as Normas de Implementação do Orçamento. Ora acontece que só em 2015 foi dado início à divulgação do Orçamento Participativo de Lagos, que foi lançado nos anos de 2016, 2017 e 2018 e desde essa data não se realizou em Lagos o Orçamento Participativo. Considerando que na carta de princípios aprovada em 4 de março de 2015 referia que: “O Orçamento Participativo é uma iniciativa do Município de Lagos que pretende demonstrar e aprofundar a ligação da autarquia com os cidadãos, visando o envolvimento de todo o concelho, através da sua participação nas políticas governativas locais. Esta medida incentiva a cidadania ativa, sendo um instrumento de fundamental importância na estratégia do município, promovendo a participação e envolvimento dos cidadãos nas dinâmicas de governação local e na definição de prioridades.” Considerando que se mantém atuais os princípios definidos na Carta de Princípios e nas Normas de Implementação do Orçamento, não se compreende porque não foi retomado a prática do orçamento Participativo no Concelho de Lagos. Assim, os Eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 26 de abril de 2023 delibere: Recomendar à Câmara Municipal de Lagos a retomar o processo do Orçamento Participativo no Concelho.”-----

-----Foi apresentada a Plenário, para apreciação e votação, o seguinte Voto de Saudação pelo Grupo Municipal da CDU: “A data de 5 de Maio foi oficialmente estabelecida em 2009 pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) - uma organização intergovernamental, parceira oficial da UNESCO desde 2000, que reúne os povos que têm a língua portuguesa como um dos fundamentos da sua identidade específica – para celebrar a língua portuguesa e as culturas lusófonas. Em 2019, a 40.ª sessão da Conferência Geral da UNESCO decidiu proclamar o dia 5 de Maio de cada ano como "Dia Mundial da Língua Portuguesa". Já em 2001 a Lei 107/2001, de 8 de Setembro, Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural e Bens Imateriais, no seu artigo 2.º, nos pontos 2 e 3 definia que: 2- A língua portuguesa, enquanto fundamento da soberania nacional, é um elemento essencial do património cultural português. 3- O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico,



arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural refletirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade. Assim, começemos por referir que se continua a verificar, por parte de entidades públicas e privadas, uma repetida menorização da língua portuguesa, substituída, nomeadamente em títulos de eventos, por terminologia em língua inglesa, como são a título de exemplo os casos de: - «Unlock Energy Lagos Summer” festa da Juventude», da Agarra- Associação Jovem de Lagos; - «Lagos Street Food Fest», Câmara Municipal de Lagos - Lagos BikeAventura Grupo Popular das Portelas e Amigos de Almádena - Souvenir Du Théâtre D’Opéra- Concerto de Flauta e Piano - Surf Experience – Surf - Algarve e Art Fest (Barão de S. João) - Associação Almargem e Câmara Municipal de Lagos - Estes exemplos, que não têm nada que ver com o desejável domínio de uma língua estrangeira com que um português se possa entender seja com quem for e em qualquer local no mundo. Pelo contrário, além de totalmente desnecessária pela existência de apropriada nomenclatura portuguesa, muitas vezes até consolidada por uso tradicional, esta indefensável e abusiva substituição do português, constitui um recuo civilizacional de consequências que tendem a permanecer, uma deseducação sobre o valor do nosso património, um empobrecimento do vocabulário português, nomeadamente entre a juventude e, no limite, uma verdadeira aceitação da colonização cultural, que não se pode confundir com outra coisa que é muito positiva, a globalização multicultural. Na qual, aliás, a língua portuguesa tem uma importante palavra a dizer. É assim frontalmente contrariada a primeira definição que a Lei portuguesa faz de Património Cultural. Considerando que a língua portuguesa é não só uma das línguas mais difundidas no mundo, com mais de 265 milhões de falantes espalhados por todos os continentes, como é também a língua mais falada no hemisfério sul. O português continua a ser, hoje, uma das principais línguas de comunicação internacional, e uma língua com uma forte extensão geográfica. Os eleitos da CDU propõem que, a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 26 de Abril de 2023 delibere: 1- Saudar o Dia Mundial da Língua Portuguesa - 5 de Maio 2- Recomendar à Câmara Municipal de Lagos, às restantes autarquias locais e ao movimento associativo o uso da Língua Portuguesa como um elemento essencial do património cultural português, nas publicações e denominação das iniciativas e eventos.”-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) fez a seguinte intervenção: “Ao contrário do que o Líder dos socialistas disse aos empresários brasileiros, o Chega não acha que os portugueses tenham pena de não falar com sotaque brasileiro. Eu não tenho pena de não ter outro sotaque. Acho que a Língua Portuguesa é de todos. Todos os sotaques em Portugal e no Mundo são igualmente respeitados, e todos devem ter orgulho no seu, incluindo o nosso. Nós lacobrigenses, que não devemos ter pena de não ter um outro sotaque, acolhemos até várias nacionalidades com línguas, mas é sempre importante termos orgulho e valorizarmos este património que é a língua de Camões. Aliás no CHEGA achamos inclusive que a Câmara deve tentar fazer mais para ajudar os nossos imigrantes com aulas de Português para estrangeiros. E



Fl. 48v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

certamente concordamos que a Câmara assinale o 5 de Maio o máximo que puder.”-
-----A Sra. Maria Clara Rato (PS) referiu que o Sr. Primeiro-Ministro expressou o desejo de ter o sotaque brasileiro como gesto de cortesia, lembrando que, aquando da descoberta do Brasil, era assim que se falava na época. Saudou o Dia Mundial da Língua Portuguesa e sublinhou que ainda há muito trabalho a desenvolver nas escolas e no Instituto de Emprego no que diz respeito ao ensino de Português para Estrangeiros e de Português como Língua Não Materna.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referiu que, naturalmente, o PSD é a favor da celebração do 5 de Maio, tal como qualquer outro Grupo Municipal desta Assembleia. No entanto, considerou que a proposta em apreço mistura duas questões distintas: apoiar o Dia Mundial da Língua Portuguesa não significa ser contra outras línguas ou culturas. Sublinhou que o Algarve, desde os Descobrimentos e do início da Globalização, é uma região marcada pela diversidade. Acrescentou que sugerir a alteração do nome de empresas privadas é, no seu entender, um gesto algo abusivo, que poderá até ser mal interpretado perante a Assembleia Municipal. Concluiu defendendo que não se trata de negar a génese ou identidade de uma sociedade, mas sim de reconhecer que esta é multiétnica, multinacional e deve ser inclusiva e aberta a todos.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) esclareceu que a proposta não se referia a qualquer marca ou empresa, mas sim a eventos. Defendeu que a Língua Portuguesa deveria ser reconhecida como língua oficial pela ONU, lamentando que essa possibilidade não esteja atualmente em consideração. Sublinhou que a defesa da língua está ligada ao que a lei define como património nacional e que essa defesa deve ser feita através de ações concretas.-----

-----Posto isto, foi colocada a votação o Voto de Saudação apresentado pelo Grupo Municipal da CDU, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	0	2	2	1	1	22
ABSTENÇÕES	0	3	0	0	0	0	3
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0

-----DELIBERAÇÃO N.º 38/AM/2023:

-----**Aprovada**, por maioria, o Voto de Saudação apresentado pelo Grupo Municipal da CDU sobre o Dia Mundial da Língua Portuguesa”.-----

-----O Grupo Municipal do PSD apresentou a seguinte Declaração de Voto: “O PSD de Lagos é, e será sempre a favor do dia Mundial da Língua Portuguesa, contudo não poderia votar em consciência a favor do Dia Mundial da Língua Portuguesa, porque quando a mesma sob o disfarce condena aquilo que é a nossa realidade, a utilização de expressões, a utilização de momentos concretos e características de outras comunidades que cá vêm.”-----

-----Foi apresentada ao Plenário, para apreciação e votação, o seguinte Voto de Saudação pelo Grupo Municipal da CDU: “O livro é o ponto de encontro das mais essenciais liberdades humanas, nomeadamente a liberdade de expressão e de edição”. O Dia Internacional do Livro Infantil é um evento internacional comemorado no



dia 2 de Abril, desde 1967. Este dia foi escolhido por ser a data em que, no ano de 1805, nasceu o escritor dinamarquês Hans Christian Andersen, que terá sido o primeiro a adaptar fábulas populares para a linguagem infantil, criando um produto literário específico para promoção do papel fundamental dos livros na leitura e aprendizagem junto das crianças. Em cada ano, uma diferente Secção Nacional do International Board on Books for Young People (IBBY) tem a oportunidade de ser o patrocinador internacional desta data, escolhendo um tema e convidando um autor proeminente do País anfitrião (que este ano será a Grécia) para redigir uma mensagem para as crianças de todo o mundo, bem como um ilustrador conhecido para criar um cartaz, utilizando esses materiais para promover o livro e a leitura. Vários países procedem à promoção da efeméride organizando atividades em escolas e bibliotecas públicas, incluindo encontros com autores e ilustradores, concursos de redação ou anúncios da atribuição de prémios a livros e autores. No caso de Portugal, a Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) disponibiliza um cartaz digital, da autoria da ilustradora Ana Ventura, vencedora do Prémio Nacional de Ilustração em 2022, cartaz que pretende transmitir a ideia do livro como raiz para a vida, que a alimenta e lhe dá os nutrientes para a diversidade, tal como as palavras dão vida aos sonhos de cada um, incluindo das crianças. Por seu turno, o Dia Mundial do Livro, criado para apoiar a promoção do prazer da leitura, a publicação de livros e a proteção dos direitos de autor, foi instituído na XXVIII Conferência Geral da UNESCO, que ocorreu entre 25 de Outubro e 16 de Novembro de 1995. Nela se determinou que “A Conferência Geral, por considerar que o livro vem sendo, historicamente, o elemento mais poderoso de difusão do conhecimento e o meio mais eficaz para sua conservação, ... toda iniciativa que promova sua divulgação redundará oportunamente não só no enriquecimento cultural de quantos tenham acesso a ele, mas no máximo desenvolvimento das sensibilidades colectivas em relação aos acervos culturais mundiais e à inspiração de comportamentos de entendimento, tolerância e diálogo”. Esta data comemorativa foi escolhida por ser um dia relevante para a literatura mundial, pois a 23 de Abril de 1616 falecera Miguel de Cervantes, a 23 de Abril de 1899 nascera Vladimir Nabokov, sendo também recordada como o dia em que nasceu e morreu o escritor inglês William Shakespeare. Para além destes autores, nesta data e em outros anos, também nasceram ou morreram outros escritores importantes como Maurice Druon, Vladimir Nabokov, Josep Pla, Manuel Mejía Vallejo e Inca Garcilaso de la Vega. Todos os anos são organizadas uma série de eventos ao redor do mundo para destacar esta celebração, servindo ainda para chamar a atenção para a importância do livro como bem cultural, essencial para o desenvolvimento da literacia e para o desenvolvimento económico e social, incluindo a realização das denominadas ‘Hora do Conto’ ou ‘Leituras em Família’. Considerando que, de acordo com o referido pela diretora-geral da Unesco, Audrey Azoulay, em 2018, “ao celebrarmos o livro, celebramos atividades - escrita, leitura, tradução, publicação - através das quais o ser humano se eleva e se realiza, e celebramos, fundamentalmente, as liberdades que as tornam possíveis. O livro é o ponto de encontro das mais essenciais liberdades humanas, nomeadamente a



Fl. 49v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

liberdade de expressão e de edição”. Neste sentido, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida em 26 de Abril de 2023 delibere: - Saudar o Dia Mundial do Livro e dos Direitos de Autor, que teve lugar no passado dia 23 de Abril, e todas as organizações e atividades a ele associadas. - Saudar os trabalhadores da Biblioteca Municipal de Lagos das Bibliotecas escolares e outras entidades que contribuem para a promoção do Livro e da Leitura.”-----

-----Sem que tenha sido alvo de quaisquer intervenções, colocou-se a votação o Voto de Saudação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 39/AM/2023:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, o Voto de Saudação apresentado pelo Grupo Municipal da CDU sobre o Dia Internacional do Livro Infantil e ao Dia Mundial do Livro e dos Direitos de Autor.-----

-----Foi apresentada ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção pelo Grupo Municipal LCF: “Etimologicamente, o termo toponímia significa o estudo histórico e linguístico da origem dos nomes de lugares, indissociáveis do conteúdo que lhes é inerente. As designações de lugares ou de vias de comunicação (ruas, avenidas, praças, etc.), estão intimamente associadas aos valores culturais das populações e, deste modo, refletem e perpetuam a importância histórica dos factos, dos costumes, dos eventos e dos lugares. Elas refletem e solidificam a identidade cultural dos aglomerados urbanos, reunindo valores simbólicos que veiculam a cultura das gentes, imprimindo nos locais, marcas indeléveis que perduram ao longo do tempo. Para além da função cultural, a toponímia representa um eficiente sistema de referência geográfica de que necessitamos para localizar e identificar o património, as atividades e os eventos no território com toda a sua densidade histórica e cultural. Emerge daqui a necessidade de se conceberem formas inteligíveis de gerir esta herança patrimonial, de forma sustentável, para que, fácil e funcionalmente, todos lhe possam aceder com o conteúdo e o significado que lhes é inerente. É também uma forma de facilitarmos a orientação e o planeamento eficiente e simplificado para todos aqueles que aqui recebemos, e que são, na verdade, os grandes impulsionadores do nosso desenvolvimento económico e social. A forma como recebemos e comunicamos diz muito de nós, do nosso nível de desenvolvimento e do nosso avanço cultural, e diz muito de nós a nós próprios contribuindo para o reforço da nossa autoestima individual e coletiva. A arte de bem receber, para além da boa vontade, munida de sofisticação, sempre foi uma bandeira de que nos podemos orgulhar hastear como povo amistoso, tolerante e aberto ao mundo. A valorização do nosso potencial cultural e natural é corroborada em diversos contextos internacionais, revistas da especialidade, congressos, etc., atribuindo-nos o estatuto de um dos destinos turísticos mais prestigiados do mundo. Mas nem sempre as qualidades são reconhecidas quando não nos munimos de formas e estratégias de comunicação que façam chegar, de forma funcional e esteticamente atrativa, a mensagem da nossa riqueza histórica, cultural e natural. Pelo que precisamos não apenas de o ser, mas também de o dar a saber inteligente e eficazmente. Como nos diz Vítor Campos, então diretor-geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, “o espaço público é o principal património



comum dos habitantes de uma cidade. Nas suas diversas formas - ruas, praças, terreiros, jardins ou parques - é um elemento primordial da estruturação dos tecidos urbanos. É igualmente um elemento central da organização do 'mapa mental' que cada um faz para si e lhe permite reconhecer-se e orientar-se na Cidade. Pela forma como se organiza e é construído e pelo modo como é usado e mantido, o espaço público, exprime muito do que é cada Cidade e a sociedade que nela habita. "Ora, Lagos afirma-se qualificadamente como destino turístico natural, histórico-cultural e desportivo. Este potencial precisa de ser projetado, de forma eficaz, comunicacionalmente, para facilmente chegar às pessoas de forma simples, cativante, intuitiva e fecunda através de um design pensado para esse fim. Cabe-nos consolidar este desígnio como povo dos Descobrimentos, acompanhando a contemporaneidade, em permanente adaptação para níveis de concretização cada vez melhores. Pretende-se, com o presente documento, melhorar a articulação entre as entidades envolvidas no ordenamento, construção e reabilitação do espaço urbano, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das populações em geral. Cabe à Câmara Municipal, neste sentido, envolver também as juntas de freguesia neste propósito de ordenação do espaço público, ajudando a contribuir para uma conceção unificadora dos critérios estéticos relativos à conceção das placas toponímicas de forma a realçar uma identidade comum ao território. As Juntas de Freguesia, se assim o entenderem, poderiam apresentar à Câmara Municipal as suas propostas de designação toponímica, envolvendo assim todas as estruturas de gestão do território, incluindo as populações. Desta forma, considerando que; 1) Lagos tem um grande potencial patrimonial histórico para ser um município de referência excepcional, podendo protagonizar um dos melhores destinos turísticos do Algarve, aliando a História como atrativo para um turismo cultural de qualidade, para além do sol e praia; 2) De acordo com este potencial, podemos reduzir a sazonalidade turística e impulsionar a economia local, especialmente neste período consolidação dos investimentos até há pouco afetados pela situação de pandemia; 3) Necessitamos de elevar ao máximo expoente possível a boa exploração dos nossos recursos criando atrativos e reordenando o nosso espaço de forma a que se torne atrativo e funcional; 4) Lagos, em termos de referência comunicacional do nosso património, bem como da organização e promoção do património cultural, apresenta uma configuração deficiente e desordenada, relativamente ao potencial que tem para concretizar; 5) O turismo de qualidade, que nos caracteriza, é constituído por pessoas exigentes em conhecimento e padrões de organização que não se coadunam, tanto quanto seria desejável, com o que oferecemos, em produção, comunicação e conservação dos meios e do património que temos; 6) Carecemos de uma cultura de exigência e rigor na forma como organizamos o espaço público, bem como na forma como conservamos e promovemos o nosso património no contexto desse espaço público; 7) É imprescindível acompanharmos os valores e a exigências das tendências contemporâneas de comunicação e interação com o público adotando orientações estéticas atrativas no contexto comunicacional. Face ao exposto, os eleitos de Lagos com Futuro propõem que esta Assembleia, reunida em 26 de abril de 2023, delibere no sentido de recomendar ao



Fl. 50v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

Executivo Municipal: 1) Promover a instalação de placas toponímicas com informações relacionadas com o nosso património natural, histórico e cultural. Para este efeito poder-se-á recorrer às Novas Tecnologias como o QR Code com facilidade de acesso, através dos suportes tecnológicos comuns como telemóveis, tabletes, etc., a todas as informações relativas ao património. 2) Promover a colocação de placards de boas vindas em todas as entradas do município e das freguesias, bem como de agradecimento pela visita em todos os pontos de saída do município e das freguesias. Nestes caos poderá também recorrer-se aos QR Code implantados nos placards, em ponto grande, para poderem ser lidos pelas câmaras dos telemóveis a partir do interior das viaturas. 3) Nas principais rotundas, cruzamentos ou outros pontos de interesse, instalar placas toponímicas com as diferentes direções a seguir. Se, em alguns desses casos, a CML não puder tomar unilateralmente estas decisões, propõe-se que desencadeie os contactos e procedimentos legais necessários com as entidades competentes para o efeito. 2. Dar conhecimento da presente deliberação à comunicação social local e regional.”---

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS), referiu que a toponímia no concelho de Lagos está sujeita a um regulamento próprio para a sua definição e implementação. Indicou, de seguida, o sentido de voto.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) referiu que, aquando da apresentação desta proposta, o objetivo era melhorar tudo o que fosse necessário para a sua concretização. Assim, se a alteração do regulamento se revelar necessária para alcançar esses objetivos, considera que essa adaptação está naturalmente implícita e não deve ser vista como um obstáculo. Sublinhou que o mais importante é o objetivo final e que, com a criação dos meios adequados ao longo do tempo, essa mudança regulamentar terá inevitavelmente de ser realizada. Alertou ainda para a degradação progressiva que se tem vindo a verificar, ano após ano, ao longo de várias décadas, devido à ausência de medidas eficazes, considerando que a alteração do regulamento se impõe nesse sentido.-----

-----Posto isto, foi colocada a votação a Moção do Grupo Municipal da LCF, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	3	2	2	1	1	9
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	16	0	0	0	0	0	16

-----**DELIBERAÇÃO N.º 40/AM/2023:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da LCF sobre a Inovação, Implementação e requalificação das placas toponímicas e meios comunicacionais no Concelho de Lagos.-----

-----Foi apresentada ao Plenário, para apreciação e votação pelo Grupo Municipal do LCF a seguinte Proposta de Recomendação: “Já iniciamos mais uma época turística e, depois de dois anos anómalos, devido à pandemia que a todos afetou, aprendemos que o trabalho em equipa, num ambiente construtivo e plural, é a chave



para resolver muitos dos problemas com que somos confrontados na vida em comunidade. O Concelho de Lagos tem no Turismo a atividade económica mais importante, sendo, por isso, de extrema importância preparar as condições humanas e materiais para que possamos potenciar ao nível da excelência o saber dar e receber com qualidade. Considerando que: 1) Em 2020 foi aprovada, por unanimidade, uma proposta apresentada por Lagos com Futuro, em reunião de Câmara, para ser criado o Conselho Municipal de Turismo; 2) Até ao momento, essa deliberação não foi ainda concretizada, pese embora terem decorrido, desde então, cerca de três anos e meio; 3) Lagos já teve, em tempos, um Conselho Municipal de Turismo, onde participavam diversas entidades, privadas e públicas, representando várias perspetivas e tendências sobre a atividade turística em cooperação recíproca tornando a autarquia mais plural e completa trabalhando em prol do bem comum através da partilha de saber, vontades, esforços, ideias e sugestões; 4) Existem, atualmente, vários Conselhos Municipais em Lagos compostos por representantes da autarquia e por representantes das várias entidades diretamente ligadas a diferentes realidades da vida em sociedade. É também este imperativo democrático a marcar a cultura do poder local por vários municípios do país. Neste contexto, o Grupo de Cidadãos Independentes Lagos com Futuro não pode deixar de estranhar a inexistência de um Conselho Municipal de Turismo no nosso município enquanto espaço de partilha e debate para a solução dos problemas que nos afetam. Trata-se, pois, de saber ouvir as vozes da sociedade civil, com propostas de melhorias e reformas, visando um Município mais plural, dinâmico e dialogante, mais participado e mais eficiente naquela que é a atividade económica mais relevante do Concelho – o Turismo; 5) O Turismo nos últimos anos tem tido uma importância crescente na economia portuguesa. São cada vez mais os municípios que optaram e continuam a optar pela criação deste órgão. O período particularmente difícil que atravessamos recentemente, e do qual vamos agora saindo, alterou a visão centralista da nossa realidade económica e social, tornando ainda mais imperioso este tipo de órgãos para se poder auscultar de forma direta e interativa aqueles que estão envolvidos na prática e que experienciam as dificuldades e importância de soluções conjuntas, partilhando, trabalhando em equipa e entreajuda para desenvolver estratégias de mercado e abrir novos caminhos para o desenvolvimento do turismo sustentável. Face ao exposto, os eleitos de Lagos com Futuro propõem que esta Assembleia, reunida em 26 de abril de 2023, delibere no sentido recomendar ao Executivo Municipal que: 1) Seja executada a moção aprovada em 2020 relativa à “(Re)criação do Conselho Municipal de Turismo”, onde estejam presentes e participem os representantes das várias entidades, públicas e privadas, ligadas às várias áreas da economia do turismo, abrangendo a hotelaria, restauração, promoção turística, agentes imobiliários, saúde, cultura, ambiente/natureza, entre outras entidades afins, visando dar a conhecer as dificuldades no terreno no sentido de proporem e discutirem soluções coletivamente, no sentido de uma maior valorização da qualidade dos serviços prestados, abrangendo mais mercados e suavizando a sazonalidade, de forma a trazer mais e melhores proveitos económico-sociais para Lagos. 2. Dar



Fl. 51v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

conhecimento da presente deliberação à Delegação Regional de Turismo e à comunicação social local e regional.”-----

-----O Sr. Márcio Viegas (PS) indicou o sentido de voto, chamando a atenção para o facto de não existir uma Delegação Regional de Turismo, mas sim a Região de Turismo do Algarve. Reconheceu que, de facto, passou algum tempo desde as propostas iniciais e lembrou que, nesse intervalo, atravessámos uma pandemia. Acrescentou que, entretanto, foi elaborado um Plano Estratégico de Turismo que, entre outras recomendações, propõe a criação de uma Comissão Municipal de Cultura e de uma Comissão Municipal de Turismo.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referiu que há 40 anos houve uma experiência positiva com o Sr. Vereador Hélder Pires, presidente do Conselho Municipal de Turismo, para depois se criar o Observatório do Turismo indicando o sentido de voto.-----

-----Posto isto, foi colocada a votação a Proposta de Recomendação do Grupo Municipal da LCF, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	3	2	2	0	1	24
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	1	0	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0

-----DELIBERAÇÃO N.º 41/AM/2023:

-----**Aprovada**, por maioria, a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da LCF sobre a Recriação do Conselho Municipal de Turismo.-----

-----Foi apresentada ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção pelo Grupo Municipal do PSD: “A Rede de Cidades Criativas da UNESCO (UCCN) foi criada em 2004 para promover a cooperação entre cidades que identificaram a criatividade como um fator estratégico para o desenvolvimento urbano sustentável. As cidades que atualmente compõem esta rede trabalham juntas com o objetivo de colocar a criatividade e as indústrias culturais no centro de seus planos de desenvolvimento a nível local e cooperar ativamente a nível internacional. Ao aderir à Rede, as cidades comprometem-se a partilhar suas melhores práticas e a desenvolver parcerias envolvendo os setores público e privado, bem como a sociedade civil, por forma a: - fortalecer a criação, produção, distribuição e divulgação de atividades, bens e serviços culturais; - desenvolver polos de criatividade e inovação e ampliar oportunidades para criadores e profissionais do setor cultural; - melhorar o acesso e a participação na vida cultural, em particular para grupos e indivíduos marginalizados ou vulneráveis; - integrar plenamente a cultura e a criatividade nos planos de desenvolvimento sustentável. A Rede abrange sete áreas criativas: Artesanato e Arte Popular, Artes Mediáticas, Cinema, Design, Gastronomia, Literatura e Música. A Rede de Cidades Criativas é um parceiro privilegiado da UNESCO, não só como plataforma de reflexão sobre o papel da criatividade como alavanca do desenvolvimento sustentável, mas também como “viveiro” de ação e inovação, nomeadamente para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável Desenvolvimento. Assim, os membros do



Grupo Municipal do PSD propõem que a Assembleia Municipal de Lagos na sua reunião delibere recomendar à Câmara Municipal que crie as condições necessárias e que promova a adesão de Lagos à Rede de Cidades Criativas.”-----

-----Sem que tenha sido alvo de qualquer intervenção, foi colocada a votação a Moção do Grupo Municipal do PSD.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 42/AM/2023:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da PSD sobre a Adesão de Lagos à Rede de Cidades Criativas.-----

-----O Grupo Municipal da LCF apresentou a seguinte Declaração de Voto: “Precisamos muito deste Merchandising da marca Lagos podendo vir, esta criatividade, para a Toponímia que está num estado de inércia, degradação progressiva e pode ser que esta adesão às Cidades Criativas pode ser que nos traga o que nos estava a faltar e, que nos está a ser rejeitado sob pretexto de um regulamento que não é necessário para o efeito.”-----

-----Foi apresentada ao plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção pelo Grupo Municipal do PSD: O Serviço Nacional de Saúde é uma das maiores conquistas da democracia. Mas a saúde e o acesso à mesma não se restringe à existência de infraestruturas, meios de diagnóstico e aos cuidados de saúde propriamente ditos. Numa sociedade que se baseia nos princípios da Igualdade, da democracia e liberdade, faz com que a organização e acesso aos diversos serviços e direitos que o estado disponibiliza aos cidadãos exija um determinado grau de conhecimento e esclarecimento sobre as diversas formas, condições e vias de acesso aos direitos e serviços que o estado disponibiliza. Esta realidade, contribui para tornar essencial a existência em cenário hospitalar do Assistente Social, peça fundamental para de forma criteriosa, atempada, coordenada e acompanhada reconhecer as necessidades e fragilidades dos cidadãos e encontrar as melhores soluções em tempo real. No caso de Lagos, Vila do Bispo e Aljezur (Terras do Infante) a necessidade de um assistente social em cenário hospitalar ganha mais valor em razão do número elevado de população envelhecida que todos os concelhos têm. Para nós o assistente Social, mais de que um “técnico de Saúde” é um instrumento e meio para a população ter acesso ao diversificado leque de ofertas e direitos a nível da saúde. A Missão do Assistente Social. O Serviço Social intervém e assume um papel preponderante na identificação de situações de vulnerabilidade e/ou risco social, junto dos doentes e famílias em situação de doença em articulação e parceria com outros profissionais de saúde. Atua em aspetos psicossociais associados à doença, que possam dificultar o seu processo de cura, reabilitação e reintegração social no pós-alta hospitalar, de forma a promover a mudança social e resolução de problemas nas relações humanas para a promoção do bem-estar. Funções do Assistente Social: Acompanhar o doente, a sua família e outros membros da rede pessoal de suporte, com vista a promover a autonomia e o bem-estar da população; Apoiar os serviços de internamento, urgência e ambulatório, realizando-se visitas domiciliárias quando necessário; Acompanhar a programação das altas hospitalares, de forma a proporcionar uma adequada reintegração na comunidade; Contribuir para ações de humanização, qualidade e eficiência na



Fl. 52v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

prestação de cuidados do Hospital Terras do Infante; Promover o apoio psicossocial do utente, estabelecendo, a articulação com as redes primárias, secundárias e rede social dos indivíduos/família. Neste sentido o Grupo Municipal do PSD de Lagos, propõe: 1) Que a Câmara Municipal de Lagos promova e reivindique junto do Centro Hospitalar Universitário do Algarve, a necessidade para que seja destacada uma Assistente Social da Equipa de Serviço Social do Centro Hospitalar Universitário do Algarve para desempenhar as suas funções e salvaguardar os direitos dos utentes e familiares do Hospital Terras do Infante. Ou em Alternativa: 2) Que caso seja necessário e possível, crie-se protocolo entre o Município de Lagos e o CHUA de forma a tornar possível em espaço hospitalar colocar-se um(a) Assistente Social do Município.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) sugeriu que, na parte deliberativa, se retirasse o ponto 2.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) respondeu que são a favor de uma Assistente Social porque falta durante uma ou duas horas por semana.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS) referiu estranhar a moção em discussão, uma vez que, no passado dia 28 de março, esteve presente numa reunião com a Dra. Ana Gomes, Presidente do Conselho de Administração do CHUA, durante a qual, no final, foram elogiadas todas as bancadas desta Assembleia. Considerou, por isso, que a moção surge de forma extemporânea, recordando que, na altura, teria sido oportuno apresentar propostas. Indicou, de seguida, o sentido de voto.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referiu que, ao contrário do que foi dito, aquilo que faltava e o que se pretendia foi claramente expresso, e que a responsável foi ouvida. Sublinhou, no entanto, que se esqueceram de mencionar que os doentes se encontravam todos no piso -1, em condições completamente desproporcionadas relativamente àquilo que devem ser os serviços daquela unidade. Acrescentou que essa realidade persiste e que o problema continua por resolver. Considerou ainda que se trata de assuntos distintos e manifestou não compreender o objetivo da intervenção do PS.-----

-----Posto isto, foi colocada a votação a Moção do PSD, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	3	0	2	1	1	7
ABSTENÇÕES	1	0	2	0	0	0	3
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	15

-----**DELIBERAÇÃO N.º 43/AM/2023:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da PSD sobre a necessidade de ter Assistente Social a Tempo Inteiro.-----

-----Foi apresentada a seguinte Declaração de Voto pelo Grupo Municipal da LCF: “Votamos a favor porque independentemente de ser de termos estado presentes na Administração do CHUA, nós não somos obrigados a fazer tudo pelo que se passa



nos Hospitais, ficando a saber hoje, que não existe uma assistente a tempo inteiro o que é algo preocupante dada a densidade populacional que nós temos.”-----

-----Foi apresentada a seguinte Declaração de Voto pelo Grupo Municipal da CDU: “Como referimos na nossa intervenção inicial, e que o PSD não quis retirar sendo por isso que não votámos a favor, é exigir que quem tem a competência que tem e tenha ao serviço da população e não é a estar a todo o momento e a todo o assunto que não é da competência direta da Autarquia estar a empurrar as competências para as Autarquias locais.”-----

-----Foi apresentada a seguinte Declaração de Voto pelo Grupo Municipal do PS: Nós votamos contra porque é competência da Câmara Municipal, e existem Assistentes Sociais na Câmara Municipal de Lagos, estar a pôr obrigações a entidades externas, nós não o podemos fazer, estar a pôr obrigações a entidades externas nós não o podemos fazer.”-----

-----Foi apresentada a plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção do Grupo Municipal do PSD: “Portugal há uns anos a esta parte tem vindo a se tornar um país de imigrantes recebendo cidadãos de diversas nacionalidades. De acordo com o SEF, as principais comunidades estrangeiras residentes em Portugal são de cidadãos do Brasil (233.138), do Reino Unido (36.639), de Cabo Verde (35.744), da Índia (34.232), de Itália (33.707), de Angola (30.417), de França (27.614), Ucrânia (26.898), Roménia (23.967) e Nepal (23.441).16/01/2023. No caso do Algarve a imigração tem vindo revelar-se um instrumento essencial para o desenvolvimento económico, demográfico e social da região. A falta de trabalhadores nos sectores do turismo, restauração e agricultura tem tido na imigração o seu principal motor de crescimento e sustentabilidade. Nesse sentido como é apanágio dos Algarvios que recebem todos de braços abertos, temos vindo a verificar que existem determinadas comunidades que experienciam algumas dificuldades de integração e valorização dos seus recursos humanos. Estas dificuldades são destacáveis nas comunidades em que a barreira da língua cria por um lado dificuldades de aprendizagem laboral, por outro de integração social e por fim de capacidade de valorização e avaliação. Estas barreiras têm sido mais visíveis na comunidade Indiana. Em Lagos fruto de fatores relativos à forma como a imigração tem vindo a ocorrer, a comunidade Indiana residente no concelho de Lagos é oriunda numa vasta e grande maioria da região do PUNJAB um estado Indiano que faz fronteira com o Paquistão, que é o coração da comunidade Sikh da Índia. E apesar de ser uma região e comunidade Indiana a língua oficial é o Punjabi e não o Hindu. Obviamente que os obstáculos linguísticos muitas das vezes impedem que em termos laborais e sociais os imigrantes Indianos residentes no nosso concelho consigam de uma forma plena utilizar as suas capacidades laborais por um lado e por outro integrarem totalmente a nossa comunidade local. Assim de forma a assegurarmos que os cidadãos e os trabalhadores, pessoas disponíveis para trabalhar, tenham formação adequada para poderem responder às necessidades das empresas, propomos que a Câmara Municipal de Lagos através dos seus serviços sociais e de empreendedorismo considere criar um programa de APRENDIZAGEM DE PORTUGUÊS para a comunidade indiana local com aulas online ou presenciais conforme considere mais útil e adequado.”-----



Fl. 53v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS**

-----A Sra. Maria João Batista (PS) referiu que, sem dúvida, o domínio da língua portuguesa no país de acolhimento é um dos fatores mais importantes para a integração dos imigrantes nas sociedades que os recebem, sendo este um dos pilares fundamentais da coesão social. Relativamente ao texto apresentado pelo PSD, informou que o Grupo Municipal do PS procurou lê-lo com atenção e sensibilidade, por se tratar de um tema que envolve pessoas e realidades humanas concretas. Alertou para a importância do ensino da língua portuguesa como ferramenta essencial para a integração dos imigrantes, nomeadamente daqueles cuja língua materna não é o português. Sublinhou que estão com as pessoas e para as pessoas, e que já existe, em Portugal, uma rede ativa de respostas nacionais, regionais e locais, orientada para apoiar este processo. Destacou ainda que, em agosto de 2019, Portugal se tornou um dos primeiros países a implementar medidas específicas de apoio à aprendizagem da língua portuguesa por falantes de outras línguas. Concluiu a sua intervenção com a indicação do sentido de voto.-----

-----Posto isto, foi colocada a votação da Moção do PSD, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	3	0	2	1	0	6
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	1	1
VOTOS CONTRA	16	0	2	0	0	0	18

-----**DELIBERAÇÃO N.º 44/AM/2023:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD sobre Receber, Integrar & Valorizar.-----

-----Foi apresentada ao Plenário, para apreciação e votação, o seguinte Voto de Saudação pelo PS: “O povo português teve na sua génese uma indómita vontade de dirigir os seus destinos. A 5 de outubro de 1143, pelo Tratado de Zamora, foi reconhecida a sua Independência nacional. Em 1383-85, mais uma vez, foi o povo humilde que recusou perder a sua independência e fez eleger nas Cortes de Coimbra de 1385, o Mestre da Ordem de Aviz como Rei de Portugal, salvaguardando a continuação de Portugal independente. Em 1640, a Pátria ameaçada, levantou-se e restaurou a sua Independência e por ela continuou a lutar e a sacrificar-se durante vários anos, aquando das invasões francesas (1807-1812), foi o povo o principal resistente contra a ocupação estrangeira, que culminou na sua libertação. Precedido pela conspiração de Lisboa de 1817, contra a influência estrangeira na governação do país, o movimento do Sinédrio fez eclodir, no dia 24 de agosto de 1820, a Revolução Liberal do Porto, fruto também dos ventos de Liberdade oriundos de França e de Espanha. Este movimento culminou com o juramento pelo rei, a 23 de setembro de 1822, da primeira Constituição Política portuguesa. Nesse momento, a soberania passou para a Nação. Precedido pela tentativa do golpe de 31 de janeiro de 1890, a 5 de outubro de 1910 é implantada a República Portuguesa. Por fim, após várias tentativas de deposição do Estado Novo, o movimento dos capitães fez, no dia 25 de Abril de 1974, cair o velho regime instaurado com o movimento da Ditadura Militar de 1926 e do designado Estado Novo da Constituição Política de



1933, de tendência corporativista e totalitária e de inspiração fascista. Nesse tempo, apesar de alguns sucessos financeiros e obras públicas numa fase inicial, o regime não foi capaz de acompanhar as alterações sociais e por se opor à opinião livre. A Ditadura e o Estado Novo aboliram os partidos políticos, controlaram os sindicatos, cercearam as liberdades cívicas e políticas, recriaram a polícia política, o exame prévio e a censura imperavam, o impasse político, social e ultramarino, sem solução para a guerra, instaurou-se por um longo período. De movimento militar, desde logo passou a movimento a popular a Revolução dos Cravos, que decorreu quase sem resistência nem derramamento de sangue. Desde logo espelhou a vontade de um novo tempo, de Liberdade, Fraternidade, Paz, Progresso Social, Democracia e Igualdade. Por fim, após as eleições universais e livres de 25 de abril de 1975, foi eleita a Assembleia Constituinte, tendo sido aprovado o novo texto constitucional na sessão plenária de 2 de abril de 1976 e que entrou em vigor a 25 de abril de 1976. Foram consagrados os valores de Abril, Democratizar, Descolonizar e Desenvolver. A Paz, o Pão, a Habitação, a Saúde, a Educação tornaram-se na canção sinónimos de Liberdade a sério. Nas políticas públicas passaram a expressar a luta por: mais e melhor educação e cultura, acessível a todos; o reconhecimento da liberdade de expressão, o combate ao obscurantismo, a luta pela eliminação de práticas tradicionais nefastas, a defesa dos Direitos Humanos, pela igualdade entre homens e mulheres, pelos direitos dos mais vulneráveis e desprotegidos, a luta contra a pobreza e contra a miséria. Estes princípios e valores estão hoje incorporados nas leis, nos princípios das políticas públicas e no coração da maioria dos nossos concidadãos, foi reconhecido aos povos dos antigos territórios ultramarinos, o seu direito à autodeterminação e independência. Como cantou o poeta, o Mundo pula e avança. Com a aproximação física dos povos, por via da democratização e avanço tecnológico das tecnologias de informação, novas necessidades, valores, objetivos pessoais e desígnios de vida passaram a ser considerados normais. Portugal integrou-se na, agora, União Europeia. O direito, as fronteiras, o protecionismo passaram dos Estados nacionais para a esfera da União Europeia, o que fez alargar o estado de direito à dimensão transnacional, alargou-se o mercado comum, economia, a possibilidade de estabelecimento recíproco em qualquer estado membro. O mundo de 1974 é muito diferente do que hoje vivemos. Ao longo destes anos foram exigidos e conseguidos novos direitos e novas liberdades, As políticas de densificação dos Direitos dos Humanos, as políticas de igualdade de género, o empoderamento das mulheres e meninas, os direitos às diferentes expressões de género, os direitos do consumidor, os direitos dos animais, os direitos dos idosos, os direitos dos migrantes, o direito ao trabalho digno, o direito ao mínimo de subsistência, o direito ao acesso universal à Justiça, a solidariedade e cooperação entre os povos, a universalização do princípio de que ninguém deve ser deixado para trás, o direito ao meio ambiente saudável e a luta contra as alterações climáticas, a defesa do meio ambiente, assim como muitos outros que irão surgir com o devir da História, são expressões dos dinamismos das sociedades livres e democráticas. Desenganem-se os que ainda pensam no fim da História. Em todos os tempos, todas as gerações tiveram os seus anseios e aspirações, Cada vez mais,



Fl. 54v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

numa sociedade alfabetizada, a informação é fácil de aceder e a opinião tornou-se solta e livre. Salvo os princípios do Direito Natural, caminha-se para sociedades de base tecnológica em que tudo parece tornar-se relativo, A Liberdade, especialmente, a liberdade de expressão, não pode ser novamente amordaçada, seja pelo direito positivo, seja por tendências do tempo em que se vive, seja pela autocensura. Esta é uma luta perene desde tempos imemoriais, de todos os seres humanos de boa vontade, amantes da vida e defensores de um mundo sempre, tendencialmente, melhor. Os regimes que não consigam saber ouvir e reformar-se estão condenados a desaparecer. Por último, uma palavra de reconhecimento e agradecimento perpétuo a todos os que, ao longo da história de Portugal, pugnaram pela liberdade da Pátria e do Povo português. Viva o 25 de Abril! Viva a Liberdade! Viva Portugal livre e democrático! Remeta-se aos órgãos de comunicação social.”-----

-----Sem que tenha sido alvo de qualquer intervenção, foi colocada a votação o Voto de Saudação do Grupo Municipal do PS.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 45/AM/2023:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a seguinte Voto de Saudação apresentada pelo Grupo Municipal da PS sobre o 25 de abril de 1974, nesta votação, não estiveram presentes os Membros da Assembleia Nuno Serafim e Rui Araújo por estarem ausentes da Sala.-----

-----Foi apresentada ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção do PS: “O dia do trabalhador, celebrado a 1 de Maio, é uma data que marca a luta e as conquistas da classe trabalhadora ao longo dos anos. Essa luta começou em Chicago, nos Estados Unidos, em 1886, quando os trabalhadores se uniram numa greve geral em todo o território norte-americano para reivindicar a redução do tempo de trabalho para oito horas diárias. Infelizmente, essa manifestação foi duramente reprimida, resultando em várias mortes e feridos. Em Portugal, essa data é ainda mais importante, pois marca uma história de lutas e conquistas pelos direitos dos trabalhadores. Hoje, celebramos as conquistas alcançadas ao longo do tempo, mas também lembramos que ainda há muito a ser feito para garantir melhores condições de vida e trabalho para todos. O 1º de Maio é a celebração do progresso civilizacional, é o reconhecimento que as pessoas não são máquinas, nem números, mas sim seres humanos, portadores de liberdades, deveres e direitos, com aspirações a terem uma qualidade de vida e de trabalho melhores, com condições de trabalho mais saudáveis e dignas. A titularidade dos direitos laborais é uma conquista civilizacional que só foi e é possível com uma consciência coletiva de desejo de progresso humano. No dia do trabalhador, onde se assinalam tantas lutas travadas e outras tantas ainda por travar, evocar o 1º de Maio é lutar pela dignificação do valor do trabalho, por salários mais justos, pensões mais dignas, lutar contra a precariedade e o desemprego, lutar pela igualdade entre homens e mulheres e pela constante formação e qualificação dos trabalhadores. Não podemos esquecer as jovens gerações que procuram arduamente o seu primeiro emprego, o seu lugar no mercado de trabalho, que lutam para permanecer no seu País e aqui construir o seu e o nosso futuro, por uma comunidade e um Portugal melhor. Neste Dia do Trabalhador, o Partido Socialista de Lagos reitera o compromisso de continuar a



luta por um mundo do trabalho mais justo e igualitário, onde todos os trabalhadores tenham acesso a condições dignas e tenham seus direitos respeitados. O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Lagos, delibere: 1) Saudar o 1º de Maio, e fazer votos para que seja um momento agregador das várias gerações e saudar nele a coragem de todos os homens e mulheres que exigem dignidade, defesa da democracia e do desenvolvimento do progresso social, da defesa do emprego, salário ou pensão; 2) Convocar a memória coletiva para todos e todas que se debateram durante todos estes anos de opressão pela liberdade, pela cidadania e pelos direitos humanos sociais e culturais de todos nós; 3) Saudar todos os trabalhadores do nosso Concelho que celebrarão no próximo dia 1 de Maio mais um dia do trabalhador.”-----

-----Sem que tenha sido alvo de qualquer intervenção, foi colocada a votação a Moção do Grupo Municipal do PS.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 46/AM/2023:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PS sobre o Dia 1 de Maio, Dia do Trabalhador, nesta votação, não estiveram presentes os Membros da Assembleia Nuno Serafim e Rui Araújo por estarem ausentes da Sala.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 30 minutos, a Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 47 minutos.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) informou que, na reunião da Comissão Permanente, já havia sido discutido que, devido ao tempo limitado até ao final da sessão, se procedesse à alteração da ordem dos trabalhos. Assim, propôs que o Ponto 4 – Apreciação e votação da assunção de compromisso plurianual referente à aquisição de serviços de higienização de equipamentos de deposição de resíduos sólidos urbanos – fosse antecipado para Ponto 2, e que o Ponto 5 – Apreciação e votação da assunção de compromisso plurianual referente à aquisição de serviços de recolha complementar de resíduos recicláveis – passasse a Ponto 3.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 47/AM/2023:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO 1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2022 DO MUNICÍPIO DE LAGOS:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-664-25.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Hugo Pereira, explicou que as contas refletem, em parte, aquilo que foi um ano de intenso trabalho, marcado pelo encerramento de diversas atividades do Município. Em termos gerais, referiu que, ao longo de 2022, se destacaram aspetos relevantes da situação financeira do



Fl. 55v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

Município. Em jeito de balanço, referiu que, em 2023, têm sido apresentados progressos nestes domínios, sublinhando a necessidade de executar projetos com valores consideráveis e de lançar concursos públicos, num esforço contínuo de concretização das ações a que o executivo se propôs. Destacou também a importância de manter uma trajetória de redução da carga fiscal suportada pelos municípios, ao mesmo tempo que se continuam a garantir benefícios, apesar do aumento de determinadas despesas. Salientou ainda que todo este processo exige um trabalho articulado ao nível da execução de projetos, abertura de concursos, adjudicações e obtenção de vistos do Tribunal de Contas. Concluiu referindo que o Município de Lagos tem demonstrado uma boa gestão financeira, o que tem permitido manter este equilíbrio.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referiu que, após análise do documento, verificou, sem dúvidas, que embora os números apresentados revelem discrepâncias face ao que estava inicialmente previsto — o que é normal — este ano se poderia fazer um exercício diferente daquele que tem sido feito ao longo dos anos. Nesse sentido, propôs uma comparação entre a situação financeira do Município de Lagos e a dos municípios vizinhos do Barlavento Algarvio, nomeadamente Portimão. Sublinhou que Portimão tem uma população bastante superior, mais infraestruturas e um território consideravelmente maior que o concelho de Lagos. Ainda assim, salientou que, apesar de Portimão estar sob intervenção do Fundo de Apoio Municipal, consegue investir 15% da sua receita disponível, enquanto Lagos, com uma receita de 77 milhões de euros e sem qualquer intervenção, investe apenas 10 milhões — o que considerou ser manifestamente insuficiente. Referiu que, embora Lagos tenha receitas extraordinárias, a gestão financeira não tem estado à altura do seu potencial. Criticou a elevada carga fiscal sobre os cidadãos, alertando para os efeitos que isso pode ter nos orçamentos familiares e questionou que impactos essa “velocidade de captação de impostos” está a ter na gestão municipal. Concluiu que, ao compararmos Lagos com Portimão — um município maior e intervencionado —, torna-se evidente um desequilíbrio na gestão das receitas e investimentos. Considerou, por isso, que a gestão financeira de Lagos está aquém do necessário, não merecendo uma avaliação positiva e que é urgente corrigir esse rumo para garantir um investimento mais robusto e equilibrado no concelho.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) fez a seguinte intervenção: “Cofres cada vez mais cheios. Cada vez mais cheios para aumentar a máquina com contratações e com viaturas e para mais projetos que ajudam sobretudo a valorizar empreendimentos privados. Não me entendam mal, se o executivo quer valorizar o turismo de praia e os grandes grupos faz muito bem. O problema é que é só isso que este executivo socialista tem conseguido fazer. São cofres cada vez mais cheios, e as pessoas sem serviço, sem casas, sem nova escola, sem médicos, sem água!.. Sem segurança!.. E as freguesias, sem qualquer desenvolvimento nem projetos, e os caminhos municipais e rurais ao abandono. O Sr. Presidente e o seu executivo pode estar muito satisfeito com um fundo de caixa recheado para fazer passadiços e garantir mais empregos públicos. O Sr. Presidente pode ser muito bom em acumular finanças. Mas os lacobrigenses perguntam-se onde está o investimento? É como um



empregado de um restaurante ir às compras para fazer as compras do dia, ter a lista bem apontada pelo seu Chefe, com carnes, com peixe, com legumes. Aparecer a meio da manhã com apenas com um quarto das coisas, o Chefe pergunta pelo resto, e o empregado diz “Está tudo bem, assim sobra dinheiro para comprar amanhã”

Pergunta: Sr. Presidente, neste ano a Câmara Municipal já quase triplicou a dívida de médio e longo prazo, nomeadamente com a nova dívida de 6 Milhões à Caixa Geral de Depósitos, herdada da amiga ELSA, a empresa dos Estacionamentos de Lagos. O que pensa fazer com essa nova dívida? Vamos continuar a pagar juros ou, uma vez que temos mais de 45 Milhões de Saldo corrente, vamos negociar o pagamento antecipado e assim poupar dinheiro? No primeiro trimestre de 2023 o Município viu a receita de impostos subir 25%. Ou seja, mais 12 milhões que nos primeiros 3 meses do ano passado. O relatório trimestral deste ano fala em 6% de execução? Vamos chegar ao final de mais um ano com menos de uma quarta parte do valor executado. E para o Sr. Presidente está tudo bem.”-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) referiu que a Estratégia Local de Habitação tem vindo a ser implementada através da reabilitação de alguns fogos, da criação de novos e da aquisição de imóveis, alargando os critérios de arrendamento acessível e promovendo o arrendamento privado. Indicou que se tem procurado aumentar a oferta de habitação através da redução do IMI. No entanto, lamentou que o tempo perdido até à finalização e entrega das habitações provoque um desequilíbrio nos timings, criando um ciclo vicioso difícil de ultrapassar. Referiu também que, embora se esteja a dar continuidade ao trabalho nas infraestruturas, incluindo a eficiência energética e hídrica, ainda não se verifica a construção de edifícios que verdadeiramente promovam melhorias energéticas. Defendeu que é necessário ir além da simples substituição de luminárias, propondo o início da instalação de painéis fotovoltaicos, como medida para reduzir os gastos energéticos e tornar o Município mais sustentável. Apontou que as receitas correntes representam a principal fonte de financiamento do Município. Em 2022, este agregado de receita contribuiu com 73.413.174,00€, com uma taxa de execução de 122%. Destacou que os impostos diretos, como o IMT e o IMI, representaram 107% da receita corrente, sendo que só o IMT rendeu 33.163.000,00€, mais 14.000.321,00€ do que em 2021. Questionou se a atual forma de ocupação do solo contribui para um ordenamento urbano sustentável e coerente com os princípios da arquitetura e da sustentabilidade ambiental. Criticou as opções urbanísticas nas zonas nobres, considerando que provocam um "arrepio", dado que poderão conduzir a problemas mais graves, nomeadamente no contexto das alterações climáticas. Lamentou que a "cor do dinheiro" continue a ser o critério dominante para aquilo a que se chama desenvolvimento municipal. Expressou ainda preocupação com a capacidade de resposta dos serviços municipais, questionando quais as medidas previstas em caso de crise, tendo em conta o número atual de funcionários. Salientou que, em 2022, se registou um decréscimo de 34% nas receitas, o que representa menos 5.114.000,00€ face ao período homólogo. Considerou que os munícipes esperam que os seus impostos sejam usados para o seu conforto e bem-estar, mas que, nessa vertente, continua a verificar-se pouca solidariedade para com a população. Sobre as



Fl. 56v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

cativações, referiu que, no PPI, do valor previsto de execução de 43.950.000,00€, apenas foram executados 11.000.105,00€, o que corresponde a 26%. Em comparação com 2021, houve uma redução de 32%, ou seja, menos 5.293.000,00€ investidos. Reforçou que este desinvestimento não responde às necessidades e expectativas dos munícipes. Relativamente ao Balanço Social, chamou a atenção para o nível de absentismo, que atinge em média 37 dias por trabalhador por ano, o que totaliza 40.200 dias de ausência. Questionou quais as causas para este elevado número e que medidas estão a ser equacionadas para o combater-----

-----O Sr. David Roque (BE) questionou o modo como está a ser utilizada a receita municipal, manifestando preocupação com a dependência excessiva de determinadas fontes de financiamento. Considerou que essa dependência cria fragilidade e limita a autonomia do Município. Para além disso, criticou a atual organização do território, apontando que se privilegia mais o crescimento do que o investimento — o que, segundo referiu, é uma tendência comum em muitos municípios, pois quanto maior o crescimento, maior é a receita. O Grupo Municipal Singular do BE expressou o desejo de ver um maior investimento nas áreas sociais, nomeadamente nas redes de apoio social. Consideraram que o Município de Lagos está a reagir, mas de forma pouco vigorosa e demasiado tardia. Duvidaram de que metade dos fogos prometidos na campanha eleitoral venham a ser concretizados durante o atual mandato, sublinhando que, perante a promessa de 400 fogos, existem atualmente mais de mil agregados familiares inscritos, o que demonstra que a oferta é claramente insuficiente face às necessidades reais. Defenderam ainda a necessidade urgente de uma reorganização do Município em termos energéticos, não apenas por questões locais, mas também no contexto internacional e ambiental. Referiram que a transição para uma mobilidade leve praticamente não avançou, estando muito aquém dos planos anunciados, e que a ação concreta nesse domínio é ainda muito reduzida — o que preocupa profundamente o Grupo Municipal do BE. Apesar de reconhecerem que o Município tem capacidade financeira, afirmaram que essa capacidade deve ser aplicada numa estratégia de diversificação das fontes de receita, reduzindo a dependência do setor imobiliário. Reconheceram que essa mudança é complexa, mas sublinharam que, a médio e longo prazo, o Município terá de fazer essa transição para garantir uma gestão mais equilibrada, sustentável e resiliente.-----

-----O Sr. José Guerreiro (PS) referiu que o Relatório de Contas relativo ao ano de 2022, bem como os documentos de gestão do Município, permitem avaliar o trabalho da Câmara Municipal em prol dos cidadãos. Sublinhou que 2022 foi um ano de recuperação económica após a pandemia, embora ainda marcado por fatores adversos como a guerra na Europa e o conseqüente aumento da inflação, refletido no acréscimo generalizado dos preços — sobretudo nos géneros alimentares, energia e taxas de juro. Apesar desse contexto desafiante, destacou que o turismo no concelho registou um crescimento significativo, contribuindo para a tão desejada retoma económica. Este dinamismo permitiu ao Município cumprir os objetivos definidos nas Grandes Opções do Plano (GOP) e reforçar os apoios à população, às associações, IPSS, à cultura, aos agrupamentos escolares e às atividades económicas.



Referiu que os documentos em análise refletem uma excelente execução orçamental da receita, com destaque para os impostos diretos, e uma boa execução da despesa, o que possibilitou a concretização de diversas ações. Entre estas, destacou a prorrogação do programa "Lagos Apoia", com apoios destinados à população, famílias, associações culturais e desportivas, IPSS e tecido empresarial — tanto como resposta aos efeitos da pandemia, como às novas pressões da crise económica e social. Mencionou ainda a continuidade da Estratégia Local de Habitação, com o início da construção de novos fogos, a reabilitação de habitações existentes e a aquisição de imóveis. Sublinhou o investimento na educação, com reforço dos apoios aos agrupamentos escolares, visando a melhoria dos projetos educativos e a gestão do pessoal não docente. Destacou também o avanço nas obras de requalificação da orla costeira, o reajuste da orgânica municipal, o reforço dos quadros de pessoal, tendo em vista a assunção de novas competências, bem como o fortalecimento dos meios ao nível da limpeza e da higiene urbana. Enfatizou que a atividade da Câmara Municipal continuou a ser impactada pela pandemia e, mais recentemente, pela nova crise originada pela guerra, com repercussões diretas no custo de vida das famílias e empresas, obrigando, mais uma vez, a uma reinvenção da gestão municipal. Ainda assim, expressou confiança na capacidade do executivo para superar estes desafios com sucesso. Concluiu que, apesar da incerteza e da adversidade, o Município de Lagos continua a agir de forma responsável e coerente com as prioridades definidas, mantendo o foco nas intervenções previstas para o concelho, conforme delineado nas GOP e no Orçamento Municipal.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referiu que os documentos em análise devem ser apreciados, embora, na prática, não possam ser alterados. Destacou que se trata de um documento rico em informação, sobretudo na componente financeira, sendo essa a parte mais debatida. Recordou que, aquando da aprovação do Plano de Atividades e do Orçamento, a CDU já alertava que poderíamos — e deveríamos — ter ido mais além. No entanto, continuamos condicionados por vários fatores, entre eles a constante dependência de financiamento externo, que, quando não se concretiza, impede o avanço na resposta a necessidades prementes. Assinalou como exemplo preocupante a área da habitação, informando que em 31/12/2021 havia 1.064 pedidos registados, número que subiu para 1.687 pedidos em 31/12/2022, representando um aumento de 49,5% no número de agregados familiares à espera de habitação. Apesar deste aumento expressivo, lamentou que não tenha sido construída qualquer habitação nova nesse período e que algumas casas que deveriam estar concluídas desde fevereiro de 2022 ainda não foram entregues. Referiu também discordâncias quanto à gestão do PDM e aos Planos de Pormenor, que, na sua opinião, deviam dar lugar a Áreas de Reabilitação Urbana, seguindo o exemplo de outros municípios que adotaram estratégias mais eficazes, evitando a especulação imobiliária gerada pelo turismo e pelos hotéis. Defendeu que devíamos ter outra política de ordenamento do território e alterações ao PDM que ajudem a resolver estas questões estruturais. Concluiu que há um vasto conjunto de problemas e que a sua leitura está alinhada com a do Revisor Oficial de Contas, que também analisou o documento com reservas, aguardando-se ainda a conclusão do inventário



Fl. 57v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

patrimonial do Município.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, respondeu esclarecendo que as receitas não vêm diretamente dos habitantes, mas sobretudo do IMT. Sublinhou que os orçamentos são plurianuais, e que, se em vez de 30% do PPI tivéssemos apenas 14 ou 15%, e vivéssemos apenas das receitas correntes, a capacidade de resposta seria reduzida. Destacou que Lagos tem poder de atração, o que aumenta a pressão sobre a habitação, uma realidade agravada pela subida dos preços no mercado urbano, tornando difícil encontrar casas acessíveis para arrendamento. Explicou que não se pode gastar tudo num único ano, sob pena de comprometer o ano seguinte, e que o PPI (Plano Plurianual de Investimentos) reflete essa gestão responsável. Defendeu que não é apenas com investimento que se gere o Município, mas também com despesa corrente, da qual se orgulha, nomeadamente pelos apoios prestados através do programa Lagos Apoia às áreas da cultura, desporto, associativismo e intervenção social. Reforçou o valor do investimento nas pessoas como prioridade. Em relação à dívida da ELSA, esclareceu que esta foi integrada e liquidada, sendo uma dívida com o banco, não sujeita a renegociação. Lembrou que a construção de habitação parou com a crise de 2008 e, por isso, a situação atual resulta desse longo período de estagnação. Afirmou esperar que a Estratégia Local de Habitação não tenha um fim, pois isso significará que o Estado e os Municípios continuam a investir, respondendo às necessidades constantes de novas gerações, entre os 18 e 20 anos, que continuarão a precisar de habitação. Referiu que cada concurso público que corre mal atrasa o processo em 8 a 9 meses, devido ao cumprimento obrigatório dos códigos da contratação pública. Assinalou que, com exceção do processo da Eletrolagos, todos os terrenos e projetos necessários para a execução da Estratégia Local de Habitação já estão preparados e em curso, seja ao nível de projeto, seja ao nível de obra, estando inclusive a ser revista a estratégia em articulação com o Ministério, que já manifestou abertura para essa revisão. Sobre a eficiência hídrica, destacou que Lagos, Aljezur e Vila do Bispo são apontados como zonas críticas, embora a culpa não seja dos municípios. Sublinhou, contudo, que Lagos tem hoje mais população a consumir menos água, o que considera um excelente indicador do trabalho feito e da preocupação ambiental, sendo referência nacional para a APA. Em relação à eficiência energética, referiu a substituição de luminárias e que novas soluções serão brevemente avaliadas. Quanto ao absentismo, indicou que a taxa ronda os 17%, e que a certidão legal de contas demonstra a boa saúde financeira do Município. Finalizou referindo que a conclusão do inventário patrimonial decorrerá ainda durante algum tempo, mas que será feito com rigor, sem prejuízo para o Município, podendo, inclusive, duplicar ou triplicar o seu valor patrimonial registado.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referiu que a comparação com o Município de Portimão foi feita precisamente por este apresentar níveis semelhantes de receita e despesa ao Município de Lagos. Contudo, destacou que, apesar dessas semelhanças, as taxas cobradas aos lacobrigenses são, em muitos casos, muito superiores às praticadas noutros municípios do Algarve. Apontou como exemplo as Taxas de Localização, que considerou injustas, bem como o facto de, em alguns mercados



externos, se pagar significativamente menos IMI do que em determinadas zonas do centro da cidade de Lagos. Criticou ainda a ineficiência na execução orçamental, afirmando que “quem tem cem milhões de euros e apenas gasta dez” não está a dar resposta às necessidades do concelho. Referiu-se também aos passadiços, que acabaram por evidenciar uma estrada cuja construção, autorizada anteriormente, rompe e interrompe a ligação da cidade, criando um impacto visual e urbanístico negativo. Terminou com a menção a vários exemplos de problemas existentes na cidade, que, na sua ótica, carecem de uma abordagem mais eficaz e resolutiva por parte do executivo.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS) referiu que, contrariamente ao que foi sugerido, Lagos é um dos concelhos com os impostos mais baixos permitidos por lei. Esclareceu que não é aplicada derrama, o IMI está fixado no valor mínimo legal e que, em relação ao IRS, o Município optou por não retirar parte do rendimento aos cidadãos, aliviando assim a carga fiscal sobre a população. Relativamente à questão do mau cheiro, informou que a obra está em fase de conclusão e que a situação da ETAR, frequentemente referida neste contexto, melhorou significativamente em relação ao passado. Acrescentou ainda que o desassoreamento da barra já foi realizado, contribuindo para a resolução de problemas ambientais e de qualidade de vida na zona.-----

-----O Sr. José Guerreiro (PS) lembrou que a política seguida pelo Executivo tem sido, na sua opinião, coerente e acertada. Sublinhou que, apesar do aumento da receita proveniente do IMI, tal não se deve a um aumento das taxas, mas sim ao crescimento natural da base tributável — pelo que considerou demagógica a crítica apresentada pelo PSD. Classificou a análise feita por esse grupo como desequilibrada. Defendeu ainda que é essencial manter alguma folga orçamental para fazer face a imprevistos, sublinhando que a gestão financeira de uma instituição pública deve seguir os mesmos princípios de prudência e responsabilidade que qualquer outra organização.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) esclareceu que, quando se aprovam as Grandes Opções do Plano (GOP), é esperado que a sua execução acompanhe o planeado. No entanto, constatando-se que a execução ficou muito abaixo do previsto, considerou que isso não é exemplo de uma boa orçamentação. Destacou ainda que houve um decréscimo de 32% em relação ao ano anterior, o que, no seu entender, constitui uma má execução orçamental.-----

-----O Sr. Márcio Viegas (PS) referiu que as receitas municipais são variáveis, pelo que é fundamental manter uma postura de cautela na gestão financeira, evitando a acumulação de despesas desnecessárias. Destacou a importância de realçar o trabalho muitas vezes invisível que o PS tem vindo a desenvolver no Algarve, sublinhando que ter uma boa capacidade financeira não significa ter liberdade para esbanjar. Defendeu que é necessário agir com responsabilidade e esperar pelo momento certo para executar determinados investimentos, respondendo de forma ponderada às críticas, mesmo quando estas são infundadas. Exemplificou com os projetos em curso, salientando que, com o apoio do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), será possível concretizar investimentos relevantes na recuperação



Fl. 58v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

do património, cujos resultados se farão sentir no futuro.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Hugo Pereira referiu que não é satisfatório que, apenas após dez anos, tenha sido finalmente adjudicada a obra da ETAR de Lagos, uma infraestrutura muito importante para o concelho. Explicou que só à terceira ou quarta tentativa, após vários concursos falhados, foi possível concretizar esta adjudicação por parte das Águas do Algarve, S.A., e que a demora na execução desta obra contribuiu para a perda de várias Bandeiras Azuis no concelho. No que respeita ao quadro comunitário de apoio 2020, destacou que o Município de Lagos se posicionou entre os primeiros a nível regional, quer em número de projetos aprovados, quer em termos de montantes financiados. Relativamente ao Portugal 2030, informou que já existem vários projetos preparados e em análise. Quanto ao PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), informou que Lagos já tem cerca de seis milhões de euros aprovados, destinados a áreas como a saúde e a requalificação de parques industriais. Sublinhou que, apesar do Município apresentar uma elevada receita, que ronda os quarenta milhões de euros, esta não é obtida diretamente através dos residentes, mas sim por via da atração turística, sobretudo com as aquisições de imóveis. Esclareceu que Lagos pratica das taxas mais baixas a todos os níveis, mas que esta realidade tem o seu “reverso da medalha”: uma economia fortemente dependente de setores como o turismo, ensino superior e, mais recentemente, até da agricultura intensiva, que concorre diretamente com as famílias no mercado de habitação. Sobre a Estratégia Local de Habitação, referiu que, dos 1600 agregados familiares inscritos, cerca de 600 poderão ser enquadrados no programa 1.º Direito. Alertou para a necessidade de cautela na gestão financeira, explicando que não se deve comprometer o futuro com grandes dívidas. Afirmou que, caso se decidisse avançar com 200 a 300 habitações adicionais, sem financiamento garantido, seria necessário recorrer a financiamento bancário a 20 anos, o que poderia comprometer o equilíbrio orçamental se a receita do IMT começasse a baixar. Foi nesse contexto que reforçou a importância de manter uma margem de manobra financeira (folga). Sublinhou que o Município está a fazer uma gestão responsável, utilizando o financiamento comunitário sempre que necessário, e alocando recursos próprios a áreas onde a habitação é mais urgente. Relativamente à eficiência hídrica, mencionou que vários municípios já visitaram Lagos para conhecer as práticas adotadas, e que o Município também tem procurado boas práticas noutras autarquias, nomeadamente na gestão de centros históricos e na recolha de resíduos urbanos, promovendo a partilha de experiências e sinergias.-----

-----Posto isto, foi colocado a votação do Ponto 1, da Ordem de Trabalhos, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	0	0	0	0	0	16
ABSTENÇÕES	0	0	2	2	0	1	5
VOTOS CONTRA	0	3	0	0	1	0	4

-----**DELIBERAÇÃO N.º 48/AM/2023:**



-----**Deliberado**, por maioria, aprovar os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão da Câmara Municipal de Lagos referentes ao ano de 2022, nos termos consignados na alínea l) do n.º 2 do Artigo 25.º, do Anexo I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 19 de abril de 2023.-----

-----O Grupo Municipal do PSD apresentou a seguinte Declaração de Voto: As Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento estabelecem a estratégia e as grandes linhas de atuação do Município e a Prestação de Contas reflete a sua execução. O Relatório de Contas de 2022 demonstra que, em termos de receita corrente e de capital, houve uma execução de € 77.221.153,11, correspondentes a 104% do previsto. No que diz respeito às despesas correntes, a execução foi de €49.980.713,38 (83%) e às despesas de capital a execução foi de 12.586.883,60 (28%). Estes valores, vêm dar razão ao PSD quando afirmou que o orçamento era irrealista e não iria ser cumprido e demonstra que o PS vai além do necessário na arrecadação de impostos e taxas e aquém do necessário no investimento. O investimento executado em 2022, foi de 11.505.302,25 euros, que correspondeu a um decréscimo de 32% em relação a 2021 e apenas a uma execução de 26% em relação à previsão. Por estes motivos votamos contra a Prestação de Contas e o Relatório de Gestão.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim a Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS), após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 2 de maio de 2023, às 20.30 horas, hora regimental, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, no Ponto 2 da Ordem do Dia, eram 0 horas e 8 minutos, da madrugada do dia 27 de abril de 2023, tendo declarado encerrada esta Reunião, da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Maria Paula Dias da Silva Couto, 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com a sua Presidente, Sra. Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos.-----

.....
.....